

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Mais do que preservação da arquitetura,
uma questão de cidadania



Universidade
A história de SP
contada por suas
antigas fazendas

Regionais
Santos inaugura
nova sede em
endereço próprio

Entrevista
Nestor Goulart Reis
Filho, arquiteto,
urbanista e historiador





Acervo CAU/SP



Mais um número da nossa revista, agora com o tema de Patrimônio Histórico

É uma temática muito importante para nós arquitetos e urbanistas, já que se trata de um dos pontos de nossas atribuições profissionais exclusivas, relacionadas na Resolução Nº 51 do CAU/BR, ou seja, somente os arquitetos e urbanistas podem fazer projetos de restauro relacionados à Arquitetura tombada como patrimônio histórico.

Trata-se de uma grande bandeira que cabe a nós, arquitetos e urbanistas, defender e nosso Conselho fiscalizar.

As matérias e entrevistas aqui tratadas são uma boa contribuição ao tema.

A revista também traz o trabalho realizado por nossas diretorias e grupos de trabalho, levando a todos os profissionais um pouco do nosso dia-a-dia e atividades.

Cabe destacar o importante papel que o CAU ITINERANTE vem tendo, levando o Conselho às cidades que integram as nossas Regionais, tirando dúvidas, fazendo a biometria para a confecção das Identidades Profissionais, e expondo a atuação marcante e presente do CAU/SP nas cidades no Estado de São Paulo.

Da mesma maneira, em breve iniciaremos o projeto CAU NAS ESCOLAS, que pretende, assim como o CAU ITINERANTE, tornar o Conselho mais próximo das instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo.

Vale a pena ressaltar que conseguimos agilizar consideravelmente os procedimentos do nosso Conselho para emissão de documentos e processos, tentando fornecer ao profissional uma rápida resposta às suas necessidades, respeitando os encaminhamentos necessários para essa produção.

Esperamos que essa revista possa ilustrar o papel do CAU/SP, além de levar a nossos colegas os importantes aspectos de nossa profissão.

Conseguimos agilizar consideravelmente os procedimentos do nosso Conselho para emissão de documentos e processos, tentando fornecer ao profissional uma rápida resposta às suas necessidades

Gilberto Belleza
Presidente

Valorizando a história

O patrimônio é o tema principal desta edição da Revista MÓBILE. Nas principais seções deste número, fica evidente a preocupação em levar aos arquitetos e urbanistas informações relevantes e diferentes visões de profissionais consagrados sobre este assunto tão rico e ao mesmo tempo com tanto chão a percorrer em nosso país.

Na matéria de capa, apresenta-se uma abordagem ampla sobre o patrimônio artístico, histórico, cultural e arquitetônico, além de exemplos de edificações recuperadas, restauradas e/ou reformadas no Estado de São Paulo. Em seguida, na seção Em Debate, este mesmo tema é aprofundado pelas arquitetas Fernanda e Lívia Vierno.

As fazendas históricas paulistas, em boa parte, origem de nosso processo de imigração e urbanização, estão contempladas na seção Universidade, dando visibilidade ao maior projeto de pesquisa em políticas públicas financiado pela FAPESP, cujo objeto foi o patrimônio cultural rural.

O professor Nestor Goulart Reis Filho, referência e mestre de tantos profissionais, é o entrevistado desta edição. A sua maneira franca e aberta de expor ideias e valiosas informações faz de seu depoimento uma excelente leitura sobre diferentes momentos de nossa sociedade, com especial interesse para os arquitetos.

Confira, na seção Observatórios, o material relativo a mais cinco Grupos de Trabalho do CAU/SP. O Ponto de Vista traz um artigo de Ana Paula Farah sobre as cartas patrimoniais de tombamento. Por fim, não deixe de acompanhar o resultado do Concurso para o Parque do Mirante em Piracicaba e as imagens do Olhar do Arquiteto (mande-nos o seu olhar).

Entre tantos desafios, a nossa determinação é manter a publicação bimestral da MÓBILE sempre interessante e voltada aos profissionais que desejam saber mais sobre as ações do CAU, sobre suas áreas de atuação e sobre os mais diversos assuntos relevantes à Arquitetura e ao Urbanismo, de forma simpática, organizada e diversificada.

Para tanto, contamos sempre com sua ajuda e opinião.

Comissão Especial de Comunicação do CAU/SP

Antonio Celso Marcondes Pinheiro
Coordenador
Andre Tostes Graziano
Coordenador Adjunto
Anita Affonso Ferreira
membro titular
Eduardo Caldeira Brandt Almeida
membro titular

Luiz Antonio Cortez Ferreira
membro titular
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso
membro substituto
Claudete Aparecida Lopes
membro substituto
Diretoria de Relações Institucionais e Diretoria de Ensino e Formação

As ideias ou opiniões expostas nos artigos ou textos dos colaboradores são de responsabilidade dos próprios autores, não refletindo, necessariamente, a opinião ou posicionamento do CAU/SP.

DIRETORIA

Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza
Presidente
Valdir Bergamini
Vice-presidente
Luiz Fisberg
Diretor Administrativo
Violeta Saldanha Kubrusly
Diretora Administrativa Adjunta
José Borelli Neto
Diretor Financeiro
Roberto dos Santos Moreno
Diretor Financeiro Adjunto

Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca
Diretor Técnico
Reginaldo Peronti
Diretor Técnico Adjunto
Carlos Alberto Silveira Pupo
Diretor de Relações Institucionais
Pietro Mignozzetti
Diretor de Relações Institucionais Adjunto
Debora Pinheiro Frazatto
Diretora de Ensino e Formação
Paulo Canguçu Fraga Burgo
Diretor de Ensino e Formação Adjunto

CONSELHEIROS FEDERAIS

Renato Luiz Martins Nunes
Conselheiro Federal Titular

Luiz Augusto Contier
Conselheiro Federal Suplente

CONSELHEIROS TITULARES

Afonso Celso Bueno Monteiro
Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca
Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira
Andre Tostes Graziano
Anita Affonso Ferreira
Anne Marie Sumner
Antonio Celso Marcondes Pinheiro
Berthelina Alves Costa
Bruno Ghizellini Neto
Carlos Alberto Silveira Pupo
Claudete Aparecida Lopes
Cláudio Barbosa Ferreira
Claudio Zardo Búrgio
Debora Pinheiro Frazatto
Dilene Zapparoli
Éder Roberto da Silva
Ederson da Silva
Edmilson Queiroz Dias
Edson Jorge Elito
Eduardo Caldeira Brandt Almeida
Eduardo Habu
Flavio Marcondes

Gerson Geraldo Mendes Faria
Gilberto Silva Domingues de Oliveira Belleza
Gustavo Ramos Melo
Jacobina Albu Vaisman
José Antonio Lanchoti
José Borelli Neto
José Renato Soibelmman Melhem
João Carlos Correia
João Carlos Monte Claro
Vasconcellos
João Sette Whitaker Ferreira
Luciana Rando de Macedo Bento
Lucio Gomes Machado
Luiz Antonio Cortez Ferreira
Luiz Antonio Raizzaro
Luiz Fisberg
Marcelo Martins Barrachi
Marcia Mallet Machado de Moura
Márcia Regina de Moraes Dino de Almeida
Maria Rita Silveira de Paula
Amoroso

Mario Yoshinaga
Nancy Laranjeira Tavares de Camargo
Nelson Gonçalves de Lima Junior
Nilson Ghirardello
Paulo André Cunha Ribeiro
Paulo Canguçu Fraga Burgo
Pedro Fiori Arantes
Pietro Mignozzetti
Reginaldo Luiz Nunes Ronconi
Reginaldo Peronti
Roberto dos Santos Moreno
Rogerio Batagliesi
Ronald Tanimoto Celestino
Rosana Ferrari
Ruy dos Santos Pinto Junior
Silvana Serafino Cambiaghi
Silvio Antonio Dias
Silvio John Heilbut
Valdir Bergamini
Vera Santana Luz
Victor Chinaglia Junior
Violeta Saldanha Kubrusly

CONSELHEIROS SUPLENTE

Alan Silva Cury
Alexandre Carlos Penha Delijaicov
Ana Cristina Gieron Fonseca
Anderson Kazuo Nakano
André Luis Avezum
André Takiya
Antonio Castelo Branco Teixeira Jr.
Antônio Claudio Pinto da Fonseca
Antonio João Malicia Filho
Augusto França Neto
Barbara Di Monaco
Caio Santo Amore de Carvalho
Carlos Alberto Palladini Filho
Carlos Stechhahn
Célio José Giovanni
Cristiano Antonio Moraes Jorge
Daniel Ferreira da Silva
Daniela Morelli de Lima
Denis Roberto Castro Perez

Denise Carvalho Schneider
Douglas Ellwanger
Edmar Teixeira de Moraes
Eduardo Sampaio Nardelli
Eduardo Trani
Elisete Akemi Kida
Eurico Pizão Neto
Fábio de Almeida Muzetti
Fernando Zambeli
João Antonio Danielson Garcia
João Marcos de Almeida Lopes
José Alfredo Queiroz dos Santos
José Xaides de Sampaio Alves
Luciana de Oliveira Royer
Ludimila de Fátima Biussi Afonso
Luiz Felipe Xavier
Luzia Regina Scarpin De Marchi
Margareth Matiko Uemura
Maunilio Ribeiro Chiaretti

Minoru Takatori
Mirtes Maria Luciani
Paula Valéria Coiado Chamma
Paulo Braz Estevés Sant'Anna
Paulo Renato Mesquita Pellegrino
Rafael Patrick Schmidt
Roberto Nery Junior
Rosa Grena Kliass
Sami Bussab
Sandra Regina da Silva Duarte
Sergio Baldi
Sergio Maizel
Soriedem Rodrigues
Tatiane Roselli Ribeiro
Valter Luis Caldana Junior
Vasco de Mello
Vera Victoria Shiroky Schubert
Victor da Costa
Vinicius Faria Queiroz Dias

Comissão Permanente de Legislação e Normas
Marcelo Martins Barrachi – coordenador
Lucio Gomes Machado – coordenador adjunto
Berthelina Alves Costa – membro titular
Gerson Geraldo Mendes Faria – membro titular
João Carlos Monte Claro Vasconcellos – membro titular
José Renato Soibelmman Melhem – membro substituto
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso – membro substituto

José Antonio Lanchoti – membro titular
Nelson Gonçalves de Lima Junior – membro titular
Paulo André Cunha Ribeiro – membro titular
Anne Marie Sumner – membro substituto
João Carlos Correia – membro substituto

Comissão Permanente de Ética e Disciplina
Rosana Ferrari – coordenadora
Anita Affonso Ferreira – membro titular
Ederson da Silva – membro titular
Nilson Ghirardello – membro titular
Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira – membro titular
Éder Roberto da Silva – membro titular
Eduardo Habu – membro titular
Claudete Aparecida Lopes – membro substituto
Ruy dos Santos Pinto Junior – membro substituto

Comissão Permanente de Orçamento e Contas
Silvio John Heilbut – coordenador
Edson Jorge Elito – coordenador adjunto
Bruno Ghizellini Neto – membro titular
Luiz Antonio Raizzaro – membro titular
Nancy Laranjeira Tavares de Camargo – membro titular
Antonio Celso Marcondes Pinheiro – membro substituto
Andre Tostes Graziano – membro substituto

Comissão Permanente de Ensino e Formação
Flavio Marcondes – coordenador
Vera Santana Luz – coordenadora adjunta

Comissão Permanente de Exercício Profissional
Edmilson Queiroz Dias – coordenador
Cláudio Barbosa Ferreira – coordenador adjunto
Dilene Zapparoli – membro titular
Luciana Rando de Macedo Bento – membro titular
Marcia Mallet Machado de Moura – membro titular
Luiz Antonio Cortez Ferreira – membro substituto
Claudio Zardo Búrgio – membro substituto

EXPEDIENTE

CECOM
Conselho e coordenação editorial
Daniele Moraes
Coordenadora de Comunicação
Epaminondas Neto
Técnico de Comunicação

Editado por
Ex Libris Comunicação Integrada
Jornalista: Jayme Brener (Mtb 19.289)
Editor: Cláudio Camargo
Textos: Marco Paulo Ferreira, Epaminondas Neto e Daniele Moraes
Projeto gráfico e diagramação: Regina G. Beer
Impressão: Windgraf Gráfica e Editora
Tiragem: 50 mil exemplares
revista@causp.gov.br

Índice

8 Presidência

O incentivo do CAU/SP a iniciativas de valorização da Arquitetura e Urbanismo

10 Administrativo

A importância do registro profissional para a categoria e a sociedade

12 Ensino e Formação

A aproximação do CAU/SP com os novos profissionais começa já na faculdade

14 Técnica

Projetos urbanísticos devem ser elaborados por arquitetos, defende Procuradora

16 Financeiro

Anuidade em dia é um compromisso indispensável para a atuação profissional

18 Relações Institucionais

O apoio do CAU/SP aos diversos eventos relacionados à Arquitetura e Urbanismo

20 Em debate

Fernanda e Lívia Vierno ampliam a visão sobre as diferenças entre restauro, retrofit e rearquitetura

24 Entrevista

A trajetória do escritor, professor catedrático da USP e arquiteto e urbanista Nestor Goulart Reis Filho

32 Capa

A preservação do Patrimônio Histórico é uma questão de cidadania

54 Regionais

Santos inaugura nova sede em endereço próprio

56 Concurso

Projetos inovadores e criativos para o Parque do Mirante, em Piracicaba, oferecem diferentes usos ao local

64 Ouvidoria

“Áreas de sombreamento” estão entre as denúncias e reclamações mais frequentes



- 6 Curtas do CAU
- 40 Universidade
- 44 GT Assistência Técnica
- 46 GT BIM
- 48 GT Habitação
- 50 GT Urbanismo - Plano Diretor
- 52 GT Estatuto da Metrópole
- 62 Olhar do arquiteto
- 63 Ponto de Vista
- 66 Fique atento

Preocupação com Acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência

A Acessibilidade e o Desenho Universal são temas frequentes de debate no interior do CAU/SP, que dispõe de um Grupo de Trabalho dedicado ao assunto.

Tanto que, em julho, representantes do CAU/SP se reuniram com a secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella. Na pauta, a realização de um futuro convênio entre o Conselho e o órgão.



Acervo CAU/SP

Denúncia do CAU/SP provoca ação do Ministério Público

A partir de uma denúncia encaminhada pelo Conselho, o Ministério Público do Estado de São Paulo instaurou em julho um inquérito civil para apurar a prática de “Reserva Técnica” por um fornecedor de Jundiaí.

O pagamento de comissões financeiras por fornecedores de insumos é uma prática vetada pelo Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas, e alvo de uma campanha constante do CAU/BR.

Região da capital responde por quase metade dos RRTs emitidos no Estado

Levantamento do Conselho aponta que a região administrativa de São Paulo (capital mais 21 cidades) respondeu por 42,9% dos RRTs (Registros de Responsabilidade Técnica) emitidos no Estado de São Paulo no ano passado.

Ainda em volume de emissões, a região administrativa de Campinas (12,2%) ficou em segundo lugar.

As atividades identificadas como Projeto (46,4%) e Execução (32,2%) representaram quase 80% do total dos RRTs contabilizados no período.

Workshop de Arquitetura Paisagística debate atuação profissional

Quem é o arquiteto paisagista no Brasil? Como é sua formação e há quanto tempo atua nessa área? Questões como essas alimentaram o debate promovido durante o 1º Workshop de Valorização Profissional, em 22/09, na capital paulista.

Por iniciativa do GT de Arquitetura Paisagística do CAU/SP, o workshop reuniu profissionais interessa-

dos na área, com o alvo de discutir o mercado de trabalho e a valorização dos arquitetos paisagistas nas zonas urbana e rural.

O questionário aplicado durante o evento vai servir de subsídio para futuras prospecções do GT a fim de identificar com precisão o perfil do profissional de Arquitetura Paisagística no Brasil.

Pedro Paulo de Melo Saraiva (1933-2016)

Faleceu no dia 16/08 o arquiteto e urbanista Pedro Paulo de Melo Saraiva, um dos grandes nomes da chamada Escola Paulista. O profissional deixou um legado de marcos arquitetônicos por São Paulo e Brasília, entre outras cidades. O edifício Acal (1974), a sede do Prodesp (1975) e a requalificação do Mercado Municipal (2002) são alguns dos destaques de seu legado somente na capital paulista.

O CAU/SP teve a felicidade de patrocinar uma das últimas homenagens a Melo Saraiva: a publicação do livro “Pedro Paulo de Melo Saraiva, arquiteto”, com foco em suas obras e trajetória profissional.



CAU/BR e IAB-DF lançam concurso público para construção de nova sede

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Distrito Federal (IAB-DF) lançaram no mês de setembro o Concurso Nacional de Projetos de Arquitetura e Complementares para Nova Sede do CAU/BR e do IAB-DF, a ser construída em Brasília-DF.

O concurso pretende servir como referência para a contratação de obras públicas no Brasil, usando critérios de qualidade e licitando a obra a partir de um projeto completo, com detalhamento de materiais, custos e prazos definidos.

Mais informações sobre critérios e cronograma de participação podem ser consultadas no site do CAU/BR: www.caubr.gov.br

Projeto CAU ITINERANTE alcança novas cidades

Cumprindo o desafio de atender aos arquitetos e urbanistas que residem longe da capital ou dos dez municípios com sedes regionais, o Conselho estendeu o projeto CAU ITINERANTE para mais 13 cidades neste segundo semestre.

Neste projeto, os funcionários do Conselho sentam praça durante um dia para atender aos profissionais do município, prestando serviços tais como coleta biométrica de dados e orientação para o uso do SICCAU.

Desde agosto, Arujá, Barretos, Guarujá, Guaratinguetá, Itapetininga, Matão, Mauá, Mogi-Mirim, Ourinhos, Penápolis, Poá, Santa Fé do Sul e São Caetano do Sul já foram atendidas.

Aperfeiçoamento da prestação de contas dos CAU/UF

Representantes de 20 CAUs estaduais compareceram ao seminário organizado pelo CAU/SP e CAU/BR na capital paulista, entre 27 e 29/06.

A troca de experiências e a discussão de soluções para lidar com o volume de exigências dos tribunais de contas para a gestão financeira dos Conselhos formaram a pauta do seminário.

O seminário também abriu espaço para apresentação do CAU/RS sobre o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), voltado para aperfeiçoar o atendimento à sociedade.



Acervo CAU/SP

CONSELHO INCENTIVA INICIATIVAS para divulgar Arquitetura e Urbanismo



Só em 2016, o CAU/SP liberou R\$ 1,25 milhão de seu orçamento

Em agosto, o CAU/SP publicou o Edital de Parcerias 2016, para financiar propostas que contribuam para o esclarecimento sobre a importância e a função social da Arquitetura e Urbanismo.

Os resultados desta chamada pública estão disponíveis no site do CAU/SP: www.causp.gov.br

Para a seleção de 2016, o Conselho reservou um montante de R\$ 1,25 milhão de seu orçamento, seguindo diretrizes regimentais, mirando o financiamento de propostas abertas a entidades sem fins lucrativos de âmbito municipal, estadual, nacional ou até mesmo internacional, desde que realizadas no Estado de São Paulo. Os projetos selecionados têm prazo de execução (início e finalização) entre novembro de 2016 e 31 de julho de 2017.

As cotas de financiamento foram repartidas conforme o âmbito das propostas, obedecendo aos seguintes limites:

- Para eventos e ações de âmbito municipal: até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
- Para eventos e ações de âmbito estadual (Estado de São Paulo) ou nacional: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Para eventos e ações de âmbito internacional: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Divididos em três modalidades, os projetos ou atividades se encaixam em:

» **Eventos:** feiras, encontros profissionais, palestras, cursos, conferências, seminários, congressos, premiações e atividades afins;

» **Publicações:** livros e outras publicações cujos conteúdos colaborem para fomentar a Arquitetura e o Urbanismo e disseminar informações relevantes para o segmento;

» **Produções:** audiovisuais e exposições.

Entre os critérios adotados, a Comissão Técnica do CAU/SP que avaliou as propostas destacou: a originalidade/ inovação do projeto; clareza e coerência na apresentação; qualidade das contrapartidas; e a relevância do projeto para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo. ■

Financiamento para projetos de âmbito municipal, estadual, nacional e até internacional

Conheça alguns projetos recentemente patrocinados pelo CAU/SP:



Livro “MASP: estrutura, proporção, forma”
 Autora: Alexandra Silva Cárdenas



Livro “Pedro Paulo de Melo Saraiva, arquiteto”
 Autor: Luis Espallargas Gimenez



3º Fórum Internacional sobre o Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal



Encontro Estadual de Arquitetos e Urbanistas



1ª Mostra de Arquitetura da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos

Imagens: Acervo CAU/SP

IDENTIDADE PROFISSIONAL: o documento do século 21

Registro representa segurança para a sociedade de que está contratando profissionais registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo



Acervo CAU/SP

Décadas de luta pela criação do CAU tiveram seu desfecho com a assinatura do decreto Presidencial de criação do Conselho em 2010. Dois anos depois, o arquiteto Oscar Niemeyer, aos 104 anos na ocasião, se tornou o primeiro a receber a carteira de identidade profissional do recém-criado Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Hoje, arquitetos e urbanistas paulistas comparecem diariamente à sede do CAU/SP no Vale do Anhangabaú para obter também o documento, feito em polícarbonato com chip eletrônico.

A Identidade Profissional do CAU tem fé pública como documento de identificação civil, e, portanto, pode substituir o tradicional RG para os profissionais de Arquitetura e Urbanismo.

Para a sociedade, é uma segurança: o documento comprova que se trata de um profissional devidamente registrado em seu conselho profissional.

REMOTA E PRESENCIAL

O procedimento para emissão das Identidades Profissionais é dividido em uma etapa remota e outra presencial.

A abertura do processo é totalmente online: é necessário acessar o SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU) e fazer uma atualização cadastral, anexando uma cópia digital dos documentos nos casos em que houver mudanças nos dados cadastrados.

As carteiras solicitadas até 31 de dezembro de 2012 foram emitidas gratuitamente. Após essa data, o profissional deve recolher uma taxa administrativa, atualmente no valor de R\$ 49,82.

A segunda etapa exige que o profissional compareça a uma unidade do CAU para proceder à coleta biométrica de dados (fotografia, assinatura e impressões digitais).

Não há necessidade de agendamento. Essa coleta



Niemeyer foi o primeiro a receber a carteira de identidade profissional do CAU

Acervo CAU/SP

biométrica é oferecida diariamente na sede do CAU/SP em horário comercial (das 09h às 17h) de segunda a sexta-feira na capital paulista (Rua Formosa, 367 – República).

Regularmente, o Conselho oferece também esse serviço em alguma de suas 10 sedes regionais e durante eventos afins à Arquitetura e Urbanismo. A coleta biométrica também é oferecida por meio do projeto CAU ITINERANTE, em que funcionários do Conselho visitam municípios do Estado, atendendo aos profissionais locais.

Em todos os casos acima, as datas e horários das sessões de coleta biométrica são divulgados por meio do site oficial do CAU/SP, redes sociais e pela newsletter semanal.

Concluído todo o processo, os dados são enviados para a confecção da Identidade, posteriormente encaminhada aos profissionais pelos Correios. ■

Procedimento para emissão do documento é feito em duas etapas, online e presencial



FORMATURAS ESTREITAM RELACIONAMENTO do CAU/SP com futuros profissionais

No Estado de São Paulo, o relacionamento da entidade com os estudantes de Arquitetura e Urbanismo começa já na faculdade

O Estado de São Paulo é o maior celeiro de novos arquitetos e urbanistas do país. O Estado concentra mais da metade dos cursos em nível superior de Arquitetura e Urbanismo, que oferecem cerca de 25 mil vagas distribuídas por mais de uma centena de instituições de ensino.

Pela importância e o tamanho dessa população universitária, o CAU/SP procura iniciar o relacionamento com os futuros profissionais desde a época da faculdade.

Em 2015, os conselheiros estiveram presentes em 37 cerimônias de conclusão de curso e entregaram 39 Certificados de Destaque Acadêmico. Neste ano, até outubro, foram 39 formaturas com a presença de representantes do CAU/SP, que entregaram 35 Certificados, destacando os estudantes com os melhores desempenhos nos cinco anos da graduação.

Conselheiros também são convidados a apresentar o CAU em Semanas de Arquitetura e Urbanismo e outros eventos acadêmicos, debatendo temas fundamentais como ética e exercício profissional. Em 2015, foram realizadas 21 dessas apresentações; neste ano, até outubro, já foram feitas 13 palestras.

As colações de grau são uma etapa importante deste processo de aproximação com os futuros colegas: o recém-formado recebe o diploma e já se habilita a obter seu registro profissional.

Esse registro é a condição necessária para o exercício legal da profissão, e marca o início da relação formal do novo arquiteto e urbanista com o Conselho.

Mas o relacionamento do CAU/SP não se restringe ao universo discente. Nos últimos anos, o Conselho vem organizando seminários com os coordenadores de ensino superior para discutir alguns temas difíceis para a categoria, como a regulamentação (e a viabilização) do estágio. ■

Neste ano, até outubro, foram 39 formaturas com a presença de representantes do CAU/SP

PROCURADORA RECOMENDA que os projetos urbanísticos sejam elaborados por arquitetos

A Procuradora do Estado de São Paulo, Patrícia Helena Massa, recomendou em parecer que os projetos urbanísticos sejam elaborados por arquitetos. A indicação respondeu ao questionamento feito pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB) sobre se projetos urbanísticos podem ser subscritos e analisados por engenheiros.

O posicionamento publicado ratificou o cumprimento da legislação vigente, a saber o Art. 3º da Lei Nº 12.378 de criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e a Resolução Nº 51/2013 do CAU/BR, que especifica em seu Art. 2º os campos de atuação privativa de arquitetos e urbanistas.

De acordo com o documento CJ/SH nº 434/2015, a Procuradora recomenda “que os projetos urbanísticos e de parcelamento de solos doravante recebidos para

análise pelo Órgão devem seguir a disposição normativa em vigor, vale dizer, devem ser elaborados e subscritos por arquitetos, no que toca às áreas de arquitetura e urbanismo, bem assim aqueles que vierem a ser analisados, inclusive com a emissão do correspondente registro de responsabilidade técnica - RRT. (...)

Em razão do exposto, opino pela adoção de providências para que seja dado cumprimento à Resolução CAU nº 51/2013, em razão de sua vigência, concluindo, sob o ponto de vista jurídico-formal que projetos urbanísticos não podem ser subscritos ou analisados por engenheiros, a partir de 13 de março de 2015, data em que publicado o acórdão que restabeleceu vigência à Resolução nº 51/2013, recomendando-se que quanto aos processos em trâmite no Graprohab seja facultado aos proponentes dos projetos a sua regularização (...).”



Acervo CAU/SP

A íntegra do parecer CJ/SH nº 434/2015 está disponível para consulta no site do CAU/SP (www.causp.gov.br)

Para o Presidente do CAU/SP, Gilberto Belleza, o parecer tem grande relevância na afirmação das atribuições privativas dos profissionais de arquitetura e urbanismo em todo o país. “A manifestação da Procuradora do Estado mostra que a legislação vigente deve ser cumprida para que a sociedade brasileira possa ser atendida por profissionais devidamente capacitados”. ■

Conselho pede ajustes em licitações públicas

Para garantir o direito de arquitetos e urbanistas participarem de editais de concorrência pública, o Conselho solicitou correções em editais da Prefeitura de Guarujá e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). Em ambos os casos, os termos dos editais traziam exigências que restringiam o acesso às vagas técnicas a profissionais de Engenharia.



REGISTRO REGULAR é um compromisso profissional

O CAU/SP está próximo a completar cinco anos de existência. Após os primeiros anos de estruturação e atendendo a exigências legais, o Conselho iniciou processo de pesquisa para identificação de débitos relacionados a anuidades devidas pelos profissionais no último período.

O pagamento de anuidades é um compromisso do arquiteto e urbanista, atuante ou não, até que faça, se for o caso, seu desligamento formal. Ou seja, a legislação brasileira obriga a quitação pelo profissional de seus compromissos junto ao seu respectivo Conselho. Sendo assim, o CAU/SP está contatando os profissionais que possuem pendências de pagamentos para a regularização da situação.

Se este for o seu caso, o Conselho recomenda que acesse a sua página no SICCAU – Serviço de Informação e Comunicação do CAU. Lá será possível consultar se há débitos existentes, bem como as condições de renegociação de pagamento, inclusive com possibilidade de parcelamento.

“O profissional deve estar atento para que mantenha sua situação regularizada com o Conselho, preservando as melhores condições de atuação e o exercício legal da Arquitetura e Urbanismo”, destaca o Presidente do CAU/SP, Gilberto Belleza.

A cobrança administrativa está sendo realizada por meio de correspondência oficial aos profissionais, com a concessão de prazo de 30 dias para a regularização dos débitos. Lembramos que a não quitação dos referidos débitos implica em cobranças legais e na inscrição na Dívida Ativa da União.

A legislação brasileira obriga a quitação pelo profissional dos compromissos junto ao seu respectivo Conselho

Os canais de atendimento do CAU/SP estão à disposição para o esclarecimento de dúvidas e procedimentos:

ATENDIMENTO AO PROFISSIONAL (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)

Rua Formosa, 367 – 23o andar – Centro
CEP: 01049-000 – São Paulo/SP

Tel: 11 3014-5900

E-mail: atendimento@causp.gov.br

Portal de Atendimento:

<http://causuporte.alvosoftware.com.br/>

HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:

Atendimento telefônico:

Segunda à sexta-feira das 9h às 18h

Atendimento virtual

(Portal de Atendimento):

Segunda à sexta-feira das 9h às 18h

Atendimento presencial:

Segunda à sexta-feira das 9h às 17h ■

APOIO INSTITUCIONAL reforça ações de Arquitetura e Urbanismo do país

Mais do que relações públicas, marcar presença em congressos, feiras e seminários é uma ação institucional do CAU/SP: trata-se de aumentar o contato com o arquiteto e urbanista, e dar suporte a iniciativas que valorizem a Arquitetura e Urbanismo brasileiros e o exercício profissional.

A Diretoria de Relações Institucionais do CAU/SP regularmente recebe e avalia solicitações de apoio a dezenas de eventos, selecionando aqueles afins aos compromissos da autarquia.

Tome-se como o exemplo da feira de negócios Expo Revestir, do setor de cerâmicas e porcelanatos, que contou com o apoio institucional

pelo segundo ano consecutivo. A edição deste ano, ocorrida em março na capital paulista, recebeu mais de 63 mil visitantes durante os quatro dias de exposição. Para o Conselho, foi uma oportunidade de estar mais próximo do profissional, com stand próprio do CAU, onde realizou mais de 370 atendimentos, prestando orientações e oferecendo coleta biométrica de dados (etapa necessária para a confecção da Identidade Profissional).

A Feicon Batimat 2016, uma das maiores feiras do setor da construção civil na América Latina, e igualmente apoiada pelo CAU/SP, recebeu 96.235 visitantes no início de abril na capital, sendo também outra plataforma de divulgação para o Conselho.

Em outra escala de divulgação, o seminário promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em setembro, também recebeu o suporte do Conselho.

O XVII Sinaop - Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas abordou um tema urgente para a conjuntura atual: o aperfeiçoamento do processo de licitação pública de modo a aumentar sua eficiência e lisura, uma iniciativa totalmente alinhada com a agenda institucional do CAU.



Arquivo CAU/SP

SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIAS INTELIGENTES

O campo da Arquitetura e Urbanismo é complexo e diversificado, e pelo mesmo motivo, o escopo de temas abraçados pelo CAU/SP é amplo: as mudanças trazidas pela expansão da tecnologia e o enfrentamento dos desafios da sustentabilidade são alguns deles.

Em Franca, o Conselho apoiou o núcleo local do Instituto de Arquitetos do Brasil, que teve a iniciativa de realizar um seminário sobre BIM (Modelagem da Informação da Construção) na Câmara Municipal, em agosto.

O meio ambiente, outra pauta fundamental, foi o tema da 15ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas, realizada em junho no bairro paulistano de Santana. Encerrando o primeiro semes-

A Diretoria de Relações Institucionais do CAU/SP regularmente recebe e avalia solicitações de apoio a dezenas de eventos

tre, o evento reuniu autoridades, especialistas e sociedade civil num diálogo em torno dos 3 pilares da sustentabilidade: ambiental, econômico e social, com a parceria do CAU/SP.

O aprimoramento do exercício profissional também é um dos critérios de seleção de eventos. Em julho, o Conselho divulgou um curso de alvenaria estrutural em São Paulo, e no mesmo mês, em Suzano, os profissionais da região puderam atualizar seus conhecimentos, de forma gratuita, sobre a legislação e processos de segurança contra incêndios.

Esses e outros eventos são divulgados regularmente por meio do site oficial do CAU/SP (www.causp.gov.br), em sua página na rede social Facebook e na newsletter distribuída semanalmente aos arquitetos e urbanistas. ■

Restauro, retrofit ou rearquitetura?

Com os valores de sustentabilidade intrínsecos ao debate do reaproveitamento de edifícios, almejamos com o restauro, o retrofit e a rearquitetura conservar nosso patrimônio histórico e arquitetônico

POR FERNANDA VIerno E LÍVIA VIerno*

As cidades brasileiras vêm passando por desenvolvimento de novas atividades econômicas e aumento demográfico, em que espaços e estruturas arquitetônicas necessitam de refuncionalização. Vemos zonas urbanas de ruas estreitas, que outrora tinham baixo tráfego de veículos e hoje experimentam um aumento substancial no trânsito. Há também edifícios residenciais sendo substituídos pelos de usos comerciais e empresas de grande capital sendo instaladas em zonas de alta valorização imobiliária, demandando grandes espaços nos centros das cidades.

A transformação de edifícios é algo previsível em curto ou longo período de tempo em uma sociedade em constante evolução e desenvolvimento como a nossa. A necessidade de superar o passado e de se transformar é algo intrínseco à natureza humana, mesmo no âmbito arquitetônico e urbano. Essa transformação é subordinada a valores estéticos que

conduzem a uma constante renovação como um meio de se firmar evoluída, e o que infelizmente muitas vezes se vê é a demolição de um prédio antigo para que este dê lugar a uma nova construção que satisfaça melhor aos interesses atuais.

As antigas construções, que hoje não mais atendem às solicitações da vida moderna, envelhecem com seu entorno, o qual abandonado e sem interesse é conduzido a uma inexorável degradação. No entanto, não é possível pensar em uma reabilitação do ambiente urbano sem encarar o destino que se pode dar a estas construções. Em busca de uma preservação da paisagem urbana e do cenário que dá ao cidadão a sua noção de pertencimento, as intervenções para preservar esses edifícios passam a ser de grande interesse e necessidade. Com critérios e um bom planejamento, é

possível combinar desenvolvimento e conservação de estruturas históricas importantes.

COMO LIDAR COM O PATRIMÔNIO – Quando lidamos com um edifício histórico, a primeira tarefa é verificar se este é reconhecido como patrimônio de uma coletividade que contribui para a sua memória e identidade, e entender quais são os atributos que este carrega para ser reconhecido como tal. O tombamento, que é uma das proteções que um imóvel recebe, estabelece o nível de proteção que ele tem. E essa proteção será definida sobre critérios de caracterização do edifício, podendo o tombamento ser total, parcial

ou restrito apenas a partes do edifício, como é o caso dos que têm somente a fachada tombada.

O grau de proteção de uma construção histórica é o que define o caminho da intervenção a se adotar. No campo da preservação do patrimônio arquitetônico as ações classificam-se segundo a extensão do trabalho a que o edifício será submetido, entre elas o restauro e o retrofit.

O RESTAURO – A restauração é uma intervenção técnica na qual se trabalha a restituição, a legibilidade e a perenidade de um patrimônio cultural através de critérios e princípios científicos da conservação, visando recuperar a concepção original do imóvel. Esta ação tem por premissa respeitar o bem original, buscando em evidências arqueológicas, pesquisa histórica e documentos antigos o plano inicial do edifício.

A prática do restauro é necessária para os casos de edifícios tombados com grau máximo de proteção, ou seja, para aqueles edifícios cujas características arquitetônicas permanecem originais até os dias de hoje. O conjunto de intervenções em suas estruturas visa recuperar a imagem, a concepção original ou o momento de maior representatividade na história do edifício, não admitindo alterações em sua arquitetura.

Entretanto, o trabalho de restauro, quando acrescido de proposta de mudança de uso, é também considerado uma ação de reconversão ou reabilitação. Nestes casos o objetivo maior continua sendo proteger e preservar o caráter histórico do bem cultural,

com as medidas necessárias e legais, mas dentro da adequação para uma nova funcionalidade.

O RETROFIT – O termo Retrofit apareceu recentemente no vocabulário da construção civil e vem sendo usado para intervenções em estruturas antigas para possibilitar a readequação e a reinserção destes edifícios à estrutura da cidade.

O conceito é aplicado nos trabalhos de recuperação de edifícios no que se refere à atualização de suas instalações prediais de modo a aumentar sua vida útil. Em geral são trabalhos realizados em prédios de vários pavimentos, construídos no século 20.

No entanto, sempre que a ação implique em transformações significativas em um imóvel, esta deve ser considerada uma reforma, como é o caso, por exemplo, da troca de caixilharia, e caso seja efetuada em edifícios de valor e interesse para o patrimônio cultural,

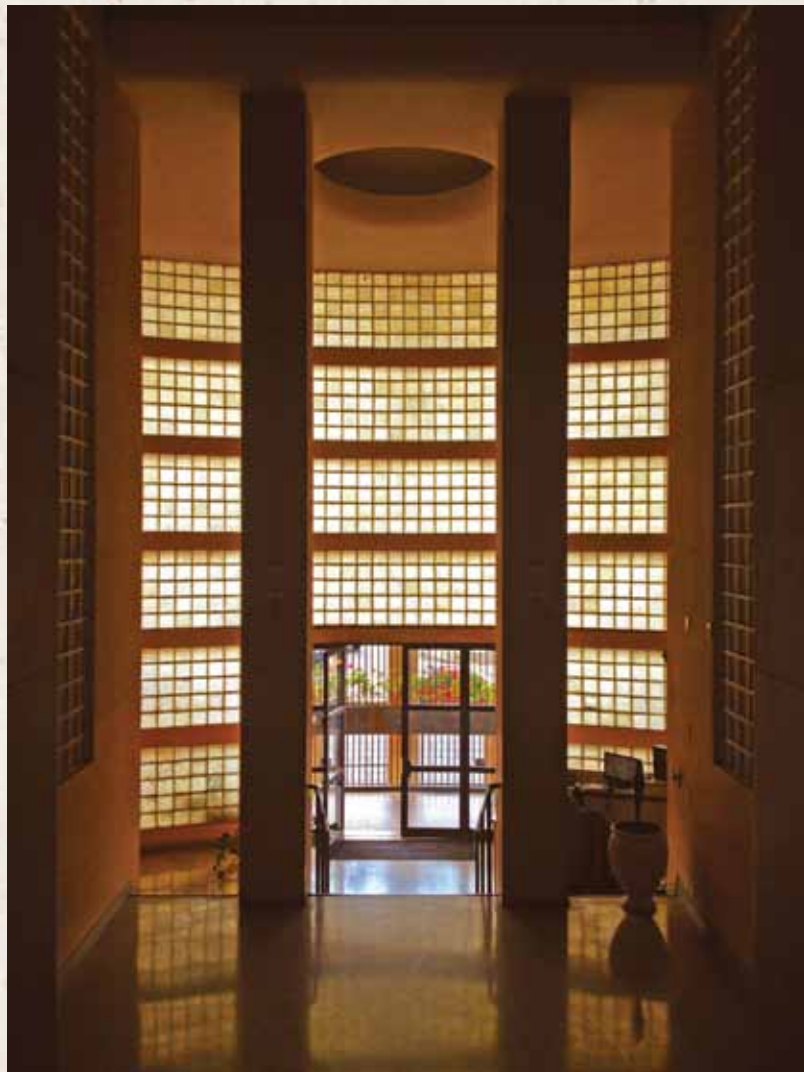
A necessidade de superar o passado e de se transformar é algo intrínseco à natureza humana, mesmo no âmbito arquitetônico e urbano

deve ser realizada com estudos de investigação mais aprofundados e com critérios que mostrem evidências de sua importância na história, não podendo ser realizada sem compromisso com as características originais do edifício.

Usamos o retrofit, portanto, exclusivamente para trabalhos de melhoria tecnológica dos sistemas prediais, aparentes ou embutidos, como substituição ou reparos em tubulações de água, luz, esgoto, telefonia, cabos de computação, sistemas de ar condicionado, en-

tre outros, ou em substituição de sistemas mecânicos de circulação, como elevadores e escadas rolantes, não implicando mudanças profundas no edifício original.

A prática também é bem vista pelo lado da sustentabilidade porque possibilita a inserção de várias opções construtivas disponíveis para melhorar a eficiência energética e a qualidade do ambiente no interior dos antigos edifícios. Além disso, ela pode e deve ser aplicada à boa parte dos edifícios hoje abandonados dos centros de grandes



Edifício Guarani no centro de São Paulo, Rino Levi, 1936

Acervo CAU/SP



Mercado Municipal, em São Luiz do Paraitinga, passou por processo de restauração

Acervo CAU/SP

idades como medida para revitalização de zonas urbanas desvalorizadas e para resolver o problema das limitações de uso da terra.

O retrofit é, por fim, uma opção de intervenção para os bens tombados com grau de proteção médio e quando não se faz necessário o restauro, visto que se trata de inserção de novos elementos ao edifício histórico com o objetivo de aumentar o conforto do seu usuário.

O TERCEIRO CAMINHO – Seja a intervenção um restauro ou um retrofit, quando se busca melhorias e readequação em espaços abandonados, voltamos à questão da necessidade de transformação para atender às novas solicitações do cotidiano. Surge então o termo que deveria ser corretamente utilizado para suprir este desejo do novo aliado à conservação do patrimônio arquitetônico, que é a rearquitetura.

A rearquitetura pode ser entendida como o equivalente a reconversão, reciclagem e adaptação de uso, em casos onde há uma nova proposta de aproveitamento do existente, distinta da original, com transformações significativas e necessárias, utilizando acréscimos ou demolições de estruturas, sejam exteriores ao edifício original ou interiores ao mesmo, para atender à nova destinação. É o resultado de um projeto arquitetônico que tem mais relação com o novo do que com os termos recuperação e preservação propriamente ditos e supõe um grau maior de liberdade nos edifícios históricos do que os conceitos anteriormente descritos.

A transformação de nossas cidades carrega em si um desejo de adaptação dos ambientes existentes a novas funções. A rearquitetura traz em si o diálogo entre a preexistência e a contemporaneidade, com certa licença poética nas propostas.

O restauro ainda é o ato de maior respeito e valorização do patrimônio cultural existente, seja ele moderno ou recente, e deve ser acrescido de outras práticas somente quando estas possuírem igual rigor, caso contrário o rompimento de salvaguardas pode apenas estar acobertando operações contrárias ao espírito de preservação da memória e identidade que o patrimônio edificado traz em si.

Com os valores de sustentabilidade intrínsecos ao debate do reaproveitamento de edifícios, almejamos com o restauro, o retrofit e a rearquitetura conservar nosso patrimônio histórico arquitetônico e desenvolver nossas cidades com espaços de melhor qualidade para se viver. ■

* *Fernanda Vierno, arquiteta e mestre em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos pela UFBA; Livia Vierno, arquiteta e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/USP.*



NESTOR GOULART REIS FILHO

Fortalecer o Iphan na defesa do patrimônio histórico

Livro do arquiteto, urbanista e historiador será um dos destaques na comemoração dos 80 anos da instituição, em 2017

POR VINÍCIUS ABBATE

O professor e pesquisador Nestor Goulart Reis Filho graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) em 1955, e em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1962 – ambas da Universidade de São Paulo (USP). Aos 84 anos, ele é professor catedrático titular da USP e tem vasta experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História e Teoria da Urbanização, do Urbanismo e da Arquitetura. Goulart abordou temas como patrimônio, urbanização colonial e urbanização contemporânea, tendo como referência primordial o Brasil.

Seu livro *Cidades Históricas, Conjuntos Urbanísticos e Arqui-*

tetônicos integrará as comemorações do 80º aniversário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a ser comemorado em 2017. Nesta entrevista, Goulart fala sobre sua longa trajetória como pesquisador acadêmico, sobre a evolução e as perspectivas da profissão. “Não somos uma profissão de ricos, mas temos o privilégio de conviver com a beleza”, explica o arquiteto e professor.

Por que o sr. escolheu a profissão de arquiteto e qual a razão para ter se dedicado mais à história do que a projetos?

A FAU foi fundada em 1948. Era uma época de entusiasmo pela Arquitetura. A profissão era vista sobretudo por seus compromissos

sociais e sua dimensão cultural. Não era difícil escolher. Por um lado assistíamos à abertura dos dois grandes museus, o MASP e o MAM (origem do atual MAC e da Bienal), que nos abriam uma perspectiva nova para acompanhar o que de mais importante se via no mundo cultural. Por outro lado, vivíamos em uma cidade que crescia na escala de milhões de habitantes por década, com novas demandas a serem respondidas pelos arquitetos. Seria difícil resistir a todos esses chamados. Mas os atrativos continuam. Se eles eram irresistíveis quando São Paulo tinha apenas dois milhões de habitantes, hoje, vivendo em uma macrometrópole de 30 milhões, em um país com mais de 85% de população urbana (cerca de 165 milhões), o desafio é ainda maior. Não havia e não há como não nos encantarmos com todas essas perspectivas. No passado e no presente. Não se tratava de uma escolha do momento. Era e é uma opção.

Tão bela quanto a prática do projeto é a atividade de pesquisa; mais do que a de professor, a de pesquisador. Esse modo de ver a profissão envolveu desde o início uma divisão de tempo entre essas duas formas de atuação. Não fui o primeiro a enfrentar essa dualidade. Arquitetos como Lúcio Costa, Luiz Saia, Sílvio de Vasconcelos, Paulo Tedhim Barreto, entre outros, enfrentaram as mesmas questões há mais de meio século. Dedicaram partes de suas vidas ao Iphan. Conciliaram a prática profissional com os estudos sobre o Patrimônio Cultural.

De fato, o interesse não é pela história, é pela pesquisa. Na FAU, nossa geração encontrou uma faculdade ainda com as características das velhas escolas profissionalizantes, centrada na transmissão de conhecimentos. Nosso principal objetivo era a implantação de um modelo mais atualizado, que incluísse com destaque atividades de pesquisa, de produção de conhecimentos. Isso nos levou, mais tarde, à criação dos cursos de pós-graduação e à formação de uma nova geração de pesquisadores.

Em nosso campo de estudos, como ocorre com frequência nas Ciências Humanas, a História entra como Teoria Social. Buscamos compreender as condições sociais de produção, apropriação, uso e transformação dos espaços da vida humana e das edificações, mas, sobretudo, dos espaços urbanos. No mundo contemporâneo, com sua complexidade e seu dinamismo, não há mais possibilidade de enfrentarmos as condições de crescimento e mudança sem pesquisa.

Mas essa opção exigiu um empenho quase total. A solução possível, em nosso caso, foi optar pelo regime de dedicação exclusiva da USP. Entretanto, nos períodos de afastamento, como nos tempos de trabalho na Emurb, houve a possibilidade de voltar à prática profissional. Reabri meu escritório, tive como sócios colegas ilustres como Lúcio Gomes Machado e Miguel Pereira, entre outros. E tivemos como estagiário um calouro simpático chamado Gilberto Belleza.

Nesta última etapa, já sem o antigo compromisso, são frequentes os trabalhos de consultoria e de projetos nas áreas de Urbanismo e de Patrimônio Cultural. Deles resultou a publicação de três livros. Não posso reclamar.

Qual o balanço que o sr. faria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que comemorará 80 anos em 2017?

As diretrizes do Iphan mudaram e continuam a mudar ao longo do tempo, em função das condições do país e da experiência acumulada, em âmbito nacional e internacional. Os desafios são cada vez mais amplos. Partimos de um quadro de preservação de edifícios isolados, em 1945, e hoje vivemos problemas de preservação na escala das mudanças



Daia Oliver - CAU/SP

urbanas, na escala das metrópoles. Perdemos em refinamento e ganhamos em amplitude de ação. Passamos da Arquitetura para o Urbanismo. Temos um grande número de órgãos atuando, em nível estadual e municipal. E a população acompanha com renovado interesse os trabalhos. Por isso mesmo, é indispensável que o órgão tenha mais apoio, para continuar a cumprir com o seu papel, com o alto nível de sempre, e como nos chamados “tempos heroicos”. Naquela época, alguns diplomatas estrangeiros diziam que no Brasil havia três órgãos públicos dirigidos por profissionais de alto nível: o Itamaraty, o Iphan e o IBGE. É preciso preservar esse padrão. À época de fundação do Iphan, seus

diretores e seu Conselho Consultivo reuniam os mais importantes intelectuais do país. É preciso manter essa condição. O mesmo deve valer em âmbito estadual e municipal.

Fale-nos sobre sua abordagem da arquitetura colonial brasileira, na qual o senhor refuta a abordagem clássica de Robert Smith e de Sérgio Buarque de Holanda de que aquela seria “improvisada”.

A discussão não era sobre a arquitetura, mas sobre o urbanismo colonial. E Robert Smith nunca pesquisou sobre o urbanismo no Brasil. Suas frases sobre o assunto — algumas linhas apenas — revelavam seus preconceitos mais do que conhecimentos. Por outro



Tão bela quanto a prática do projeto é a atividade de pesquisa; mais do que a de professor, a de pesquisador



Daia Oliver - CAU/SP

lado, é preciso registrar que o artigo de Sérgio Buarque de Holanda não era sobre urbanismo. O tema foi utilizado para exemplificar diferenças entre os critérios de administração dos portugueses e dos espanhóis.

Na realidade, naquela época havia muito poucos estudos sistemáticos sobre a História do Urbanismo, no exterior e, de modo mais acentuado, no Brasil. Hoje existem dezenas de jovens pesquisadores em todas as regiões do país, tratando desse assunto. Diante dessa onda, a discussão sobre Smith e Sérgio Buarque, como em *Evolução Urbana do Brasil*, é apenas uma referência ao passado.

As pesquisas desenvolvidas durante todos esses anos mostram que sempre existiram preocupações com os traçados de pelo menos algumas vilas e cidades, já no início da colonização. No século XVII, na então capitania de São Vicente, havia várias vilas com plantas de traçado regular, no todo – como Itu e Taubaté – ou em algumas de suas partes, como em Santana de Parnaíba. Se prestarmos atenção, veremos que isso ocorre também em ruas como São Bento e a parte mais a oeste de rua Direita, em São Paulo. Os pesquisadores das novas gerações estão ampliando muito os nossos conhecimentos sobre o assunto.



Num país com 85% de população urbana, em constante transformação, com demandas reprimidas em grande escala, Arquitetura e Urbanismo são fundamentais

Seu livro *Cidades Históricas, Conjuntos Urbanísticos e Arquitetônicos* reúne documentos de 46 sítios urbanos reconhecidos como patrimônio nacional, que está dividido em dois grupos: Cidades Modernas e Cidades Históricas e Conjuntos Históricos e Arquitetônicos. Quais os critérios para se preservar monumentos ou sítios desses grupos?

O livro organizado com a arquiteta Ana Finger reúne pareceres dos membros do Conselho Consultivo do Iphan de várias épocas. A nós pareceu importante começar a divulgar alguns desses trabalhos. Igualmente importante será divulgar os pareceres dos quadros técnicos do Iphan que informam os conselheiros. Alguns deles são excelentes. Sua leitura poderia ajudar nos trabalhos dos técnicos dos numerosos órgãos estaduais e municipais, voltados para a defesa do Patrimônio Cultural.

O ponto de partida para uma nova política, capaz de responder aos desafios da diversificação dos temas a tratar, será sempre a presença de quadros técnicos de alto nível nas superintendências regionais, como no escritório central, em Brasília e, para estes, conhecer os trabalhos realizados no passado é fundamental.

Como o sr. resumiria a tese central de seu livro *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo: 1800 e 2000*?

O livro *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo* – As grandes obras e a urbanização, como o seu nome indica, trata da história de projetos de grande envergadura. No caso, de uma dimensão nem

sempre lembrada: a das obras de infraestrutura, indispensáveis para a produção dos espaços urbanos (na escala urbana e regional). O livro procura mostrar como, durante o Império e a Primeira República, as obras de infraestrutura foram utilizadas pelas lideranças políticas regionais — como continua a acontecer em determinadas regiões — para apropriação das terras devolutas, seu parcelamento e venda, como para a fundação de núcleos urbanos e o controle sobre esses. É um tema muito pouco tratado. Como é sempre lembrado, o estudo do processo de urbanização envolve análises em diferentes escalas: a do espaço intraurbano (tecido urbano), que tratamos em *Quadro da Arquitetura no Brasil*; a da infraestrutura, abordada em *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo*; e a regional, em *Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. A cada uma corresponde uma escala de poder. Estudar a urbanização sem considerar a escala de poder, especialmente na produção dos espaços e da infraestrutura, não seria aceitável.

Vendo a evolução da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil, o senhor considera que há motivos para ser otimista?

Num país com 85% de população urbana, em constante transformação, com demandas reprimidas em grande escala, arquitetura e urbanismo são fundamentais. Mas a abertura de campos de trabalho depende dos próprios arquitetos e, como é bem sabido, do CAU. Agora nosso conselho existe e a primeira recomendação é a de apoio per-

manente à sua ação. Sou otimista. Espero ver os jovens arquitetos contribuindo em todas as regiões e espero continuar a ter prazer em meu trabalho profissional.

Considerando sua experiência, que conselhos o sr. daria aos arquitetos que estão entrando no mercado de trabalho?

No que se refere ao mercado de trabalho, posso sugerir aos mais jovens que procurem trabalhar nas aglomerações urbanas, com polos centrais com população entre 200 mil e 1 milhão de habitantes. São as áreas onde o número de habitantes e a demanda mais crescem no país. As grandes regiões metropolitanas já não crescem tanto. Mesmo municípios com 100 a 200 mil habitantes, em rápido crescimento, podem ser interessantes.

Para os que vivem nos centros maiores e se interessam mais diretamente pelas dimensões culturais da profissão, uma sugestão simples: estudar as obras dos grandes mestres como João Filgueiras Lima, o “Lelé”. Elas ajudam a compreender os fundamentos da arte de projetar. E recomendo: não se deixem impressionar pelos “starquitects”. A obra de Lelé é um exemplo extraordinário: clareza construtiva, qualidade plástica e perfeição nos detalhes.

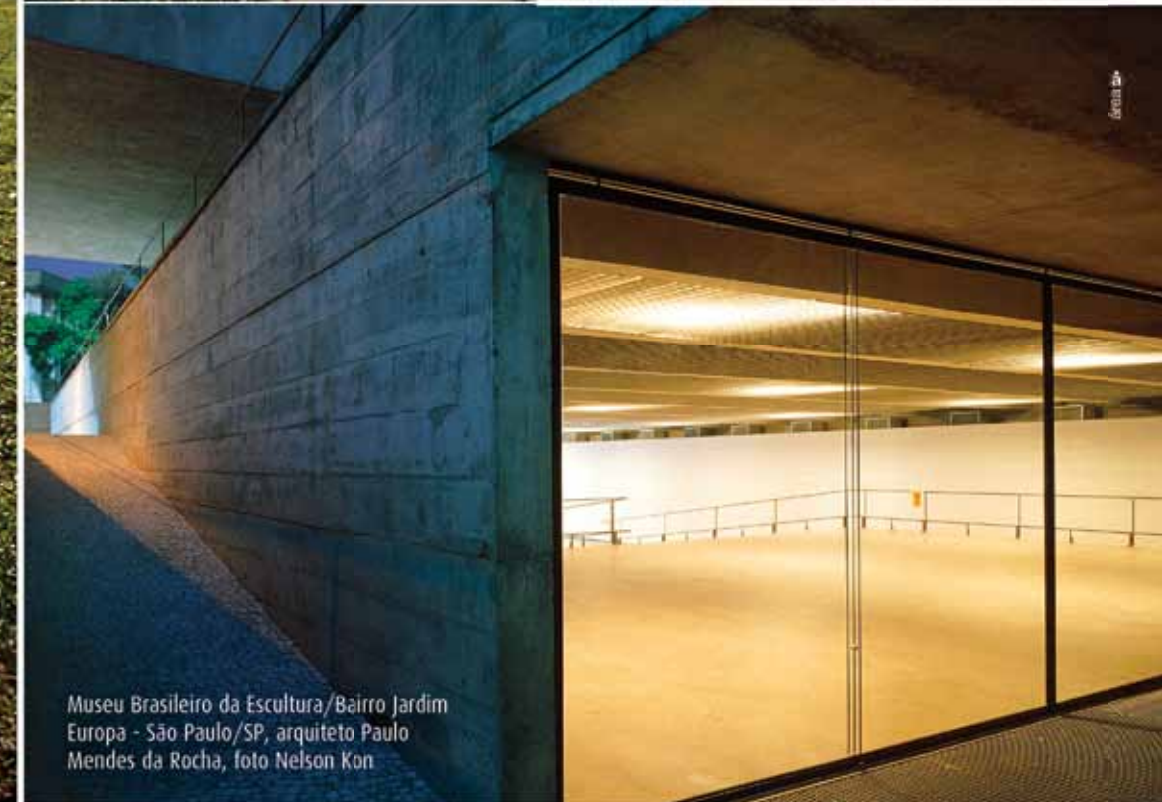
Não somos uma profissão de ricos, mas temos o privilégio de conviver com a beleza e o prazer. ■



Praca Pôr do Sol/Bairro de Pinheiros
São Paulo/SP, arquiteta Rosa Kliass,
foto Diego Padgurschi/Folhapress



Casa Dona Dalva/Bairro Vila Matilde
São Paulo/SP, arquitetos Danilo Terra,
Pedro Tuma e Fernanda Sakano, foto Pedro Kok



Museu Brasileiro da Escultura/Bairro Jardim
Europa - São Paulo/SP, arquiteto Paulo
Mendes da Rocha, foto Nelson Kon

Arquitetura e Urbanismo para Todos

Os arquitetos e urbanistas têm um importante papel em nossa sociedade. Eles modificam a realidade dos espaços, influenciam comportamentos e também resgatam a vida de lugares antes abandonados. Em casas, prédios ou áreas públicas, os profissionais de Arquitetura e Urbanismo são preparados para atuar desde a concepção até a construção de um espaço, atendendo as mais diversas necessidades e tipos de público. Sempre com o mesmo objetivo: melhorar a qualidade de vida dos seus clientes e construir cidades mais inclusivas e sustentáveis.

caubr.gov.br



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: Uma questão de cidadania

Preservar o patrimônio histórico e cultural de uma nação significa tanto dar consistência à cultura específica de um povo como também se contrapor ao mundo do desperdício global

POR GEORGE ALONSO

Sala São Paulo



Acervo CAU/SP

Pinacoteca do Estado de São Paulo

A memória de um povo depende diretamente da sua capacidade de conservar o seu patrimônio cultural e histórico. E como se define esse conceito? Trata-se de um bem material, natural ou imóvel, que tem significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para uma sociedade.

Construídos pelos antepassados, são uma fonte de pesquisa constante e onde um povo se espelha e se reconhece. Embora existam no mundo relíquias anteriores à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, a preservação do patrimônio histórico teve início como atividade sistemática no mundo só no século XIX, depois desses dois grandes momentos da civilização

ocidental. Inicialmente o objetivo era restaurar os monumentos e edificações históricas destruídas pelas guerras.

No mundo moderno, com o surgimento de novas tecnologias, as mudanças climáticas e novas ondas migratórias, que lugar ocupa o patrimônio histórico? Em São Paulo, como proteger e conservar os bens tombados da cidade? Será

que a preservação do Patrimônio é compatível com a existência de arranha-céus? Essas são algumas das questões levantadas por Nadia Somekh, presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), que foi criado em dezembro de 1985. Para ela, “a memória e a história das cidades são a base da identidade cidadã e se contrapõem ao mundo do desperdício global. Preservar o patrimônio histórico significa não só dar consistência à cultura de um povo como evitar o desperdício material da obsolescência produzida pelas transformações causadas pelo capital”. Ou seja, pelo poder do dinheiro.

Atualmente há uma preocupação internacional em preservar os patrimônios históricos da humanidade, por meio de leis e restaurações que mantenham as características originais. A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação) é o órgão responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural mundial.

No Brasil, há o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No Estado de São Paulo, a participação do Iphan no reconhecimento do patrimônio histórico data dos anos 1930, conferindo tombamentos de bens do Brasil Colônia de cidades históricas, como Santos, Iguape e São Paulo, entre outras. Arquitetos como Luís Saia (1911-1975) estiveram presentes no trato com os bens tombados desde então.

No Estado de São Paulo, a participação do Iphan no reconhecimento do patrimônio histórico data dos anos 1930

Em nível estadual, a criação do Condepmaat em 1969 por iniciativa pioneira de Carlos Lemos, Nestor Goulart e Benedito Lima de Toledo desencadeou desde então uma leva de tombamentos de imóveis históricos e conjuntos urbanos que forma vigoroso acervo imobiliário representativo da cultura paulista. A partir da década de 1980 foram instalados conselhos municipais de preservação em várias cidades do interior do Estado e na capital. Entidades representativas dos arquitetos e urbanistas paulistas tiveram participação efetiva na construção dessa rede de preservação do patrimônio histórico estadual.

O conceito de patrimônio histórico moderno vem evoluindo por meio de discussões e produção teórica desde o século XIX. Reuniões internacionais e nacionais produzem documentos que dão diretrizes para intervenções, desde os tempos de teóricos da restauração como Viollet-Le-Duc, John Ruskin, Camilo Boito, Gustavo Giovannoni,



Museu do Café - Santos/SP



Museu do Café - Santos/SP



Casa do Patrimônio Vale do Ribeira - Iguape/SP

Imagens: Acervo CAU/SP

restauração de edifícios que ainda encontravam-se intactos exigia novos conceitos não previstos nas primeiras diretrizes. Em alguns casos, segundo Jokiletho, considerou-se necessário ir além dos limites antes estabelecidos e permitir a reconstituição do caráter artístico dos edifícios históricos, mesmo se isto implicasse a reconstrução de decorações artísticas perdidas. A teoria do “restauo crítico” viria posteriormente com o italiano Cesare Brandi (1906-1988). Ele distinguia restauração de obras de arte da restauração de “produtos industriais”. Embora sua teoria tenha sido concebida principalmente para obras de arte, edificações históricas poderiam ser incluídas.

Nos dias de hoje, os debates têm outro foco. A preservação do patrimônio histórico é vista como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e base para a construção da identidade cultural. Deve-se preservar um bem não só pelo valor estético arquitetônico ou histórico, mas pelo significado que tem para a comunidade em que esta inserido para a formação de sua identidade cultural e para o exercício de cidadania.

Os princípios contemporâneos da conservação podem ser resumidos por um trecho da Carta de Veneza: “Os monumentos históricos de gerações passadas permanecem no presente como testemunhas vivas das suas tradições antigas. As pessoas estão tornando-se mais conscientes sobre os valores humanos e têm os monumentos antigos como um patrimônio de todos. A responsabilidade de salvaguardá-los para

Deve-se preservar um bem não só pelo valor estético arquitetônico ou histórico, mas pelo significado que tem para a comunidade

chegando ao Cesare Brandi e a Jukka Jokiletho. Hoje, cartas internacionais – como a Carta de Veneza, de 1964, e a Carta de Nara, de 1994 – definem diretrizes e atualizam conceitos, afirma Cassia Magaldi, coordenadora do GT Patrimônio Histórico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP). “E as exigências para que bens sejam considerados patrimônios históricos são praticadas a partir de trabalhos científicos, de inventários e pesquisas específicas”, explica Cassia.

Para se ter uma noção dos debates sobre restauração no mundo, o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) travou, por exemplo, um confronto de idéias com o escritor britânico John Ruskin (1819-1900). Ligado à arquitetura revivalista do século XIX, Le-Duc foi um dos primeiros teóricos da preservação e é considerado um precursor teórico da arquitetura moderna. O revivalismo é

um conjunto de estilos arquitetônicos com ênfase na recuperação e recriação da arquitetura passada. As tendências revivalistas surgiram na Europa do século XVIII, atingiram o auge no século XIX e chegaram até meados do século XX. A Catedral da Sé é um exemplo do revivalismo gótico em São Paulo. O Parlamento britânico, em Londres, é outro exemplo.

Le-Duc foi um dos primeiros estudiosos que tentou estabelecer princípios de intervenção em monumentos históricos e uma metodologia a esse trabalho. Suas teorias e projetos criaram polêmica. Apesar da lógica e coesão de ideias, a forma rígida de atuar levou-o ao ostracismo nas décadas seguintes. Muitos anos após sua morte é que suas teorias foram revistas e foi reconhecida a contribuição do seu trabalho para o restauro contemporâneo, principalmente na metodologia (importância dos levantamentos de-

talhados do edifício). Ele viveu na França em uma época em que a restauração se firmava como ciência, por causa das mudanças que vinham ocorrendo por toda Europa influenciadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. A ruptura com o passado que esses movimentos geraram propiciou o estabelecimento de uma identidade nacional e o surgimento do sentimento de proteção aos edifícios e ambientes históricos.

Já para o escritor britânico John Ruskin, a restauração dos patrimônios históricos deveria considerar a real destruição daquilo que não se pode salvar -- uma das ideias opostas às de Le-Duc. Defendia a não-intervenção em monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimem novo caráter à obra, tirando sua autenticidade. A partir dessa visão, a história e a condição atual devem ser respeitadas, admitindo-se só interven-

ções de conservação. É a ideia de que podemos saber mais da Grécia pelos seus destroços. Para Ruskin, a melhor forma de destruir um monumento é restaurá-lo; seria como tentar ressuscitar os mortos. É melhor manter uma ruína do que restaurá-la. Ou a conservação é mais importante que a restauração, que se presta, segundo ele, à manipulação de informações, à adulteração da história segundo a vontade de quem o restaura. O passado não pode ser substituído por uma visão moderna do passado, tornando-se um “kitsch”. Para Ruskin, a solução é prevenir a destruição de qualquer tipo de monumento ou edifício antes que este esteja reduzido a ruínas.

Só assim seria possível, na opinião de Ruskin, evitar que as próximas gerações percam para sempre o contato com o legado que lhe deixaram os seus antepassados.

Já no século XX, como resultado da 2ª Guerra Mundial, houve um amadurecimento em relação à restauração dos edifícios históricos e das obras de arte, diz em artigo o arquiteto e planejador urbano finlandês Jukka Jokiletho. Segundo ele, ainda havia pontos de vista diferentes. “Os favoráveis à reconstrução exata dos monumentos deteriorados e os que insistiam em uma conservação pura, recusando qualquer reconstrução de figuras perdidas como um ‘pastiche’”. Havia também aqueles que achavam que a

as próximas gerações é reconhecida como sendo de todos. É nosso dever cuidar deles com a inteira riqueza de sua autenticidade”.

Mais recente, a Carta de Nara aborda a questão por outro ângulo, após o surgimento de globalização e suas consequências. “Num mundo cada vez mais homogeneizado e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida pela afirmação de um nacionalismo agressivo e a da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição dada pela consideração do valor da autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memó-



Acervo CAU/SP

Estação da Luz - São Paulo

ria coletiva da humanidade.” Faz ainda a defesa da diversidade de culturas e patrimônios por serem uma insubstituível fonte de informações sobre a riqueza intelectual e espiritual da humanidade. ■

Atribuição exclusiva dos arquitetos

Em todo o mundo, os arquitetos formam a categoria profissional pioneira na preocupação e no trabalho com a preservação do patrimônio histórico desde o século XIX. Atualmente no Brasil, o trato com o patrimônio histórico tanto no nível arquitetônico como no urbanístico é atribuição profissional exclusiva de arquitetos perante à sociedade, conforme a Resolução 51 CAU/BR. Trata-se de um mercado de trabalho destinado, só no Estado de São Paulo, para cerca de 50 mil arquitetos e urbanistas.

O GT Patrimônio Histórico do CAU/SP está hoje empenhado em elaborar ações que visam a valorização e reafirmação da atribuição profissional privativa do arquiteto e urbanista nos trabalhos técnicos e especializados voltados para a preservação e proteção do patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico. Entre as atividades elencadas pelo CAU na Resolução 51, cabem ao arquiteto e ao urbanista:

- a. Projeto e execução de intervenção no patrimônio histórico cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e até de cidades;
- b. Coordenação da compatibilização de projeto de pre-

servação do patrimônio histórico cultural e artístico com projetos complementares;

- c. direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
- d. inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
- e. desempenho de cargo ou função técnica referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
- f. ensino de teoria, técnica e projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico.

As renovações urbanas não são novidade, diz Nadia Somekh, presidente do Conpresp, em artigo sobre os dilemas da preservação e da conservação do patrimônio histórico. “Trata-se de uma tendência que se espalha pelo mundo, tendo, entre seus exemplos, antigas fábricas, armazéns, escritórios em Londres, Paris, Berlim e Buenos Aires, por exemplo, que se tornaram residências artísticas, moradia popular, museus e hotéis, possibilitando que um patrimônio histórico tenha um uso atual, valorizando sua história”.

Restauração: bons exemplos em São Paulo

A cidade de São Paulo tem alguns bons exemplos de tombamento e reconstrução de edifícios que fazem parte de sua história. Entre eles estão os casos do Mercado Municipal (mais conhecido como “Mercadão”), da Pinacoteca do Estado, da Sala São Paulo e do Museu da Língua Portuguesa (que precisa ser reconstruído após recente incêndio que só não destruiu sua fachada).

Reformada, a Pinacoteca do Estado de São Paulo tornou-se um dos mais importantes museus de arte do país. Construída em 1900, na Luz, com projeto de Ramos de Azevedo e Domiziano Rossi, ela é o mais antigo museu paulistano, fundado em 1905. Entre 1994 e 1998, passou por uma grande e premiada reforma concebida pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Ele optou por cobrir os vazios in-

ternos do edifício com claraboias de aço e vidro laminado e interligou os pátios laterais com passarelas metálicas. O edifício ganhou nova reserva técnica e sistemas adequados de climatização, controle e segurança.

Outro bom caso de restauração é o da Estação Júlio Prestes, construída entre 1926 e 1938 para atender aos barões do café. Hoje é a sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. O projeto é de Nelson Dupré e Luizette Davini, com consultoria acústica de José Augusto Nepomuceno. O Gran Hall da estação virou uma sofisticada sala de concertos de música erudita. Além da beleza original do prédio que foi mantida, o grande destaque foi o teto móvel, que valeu à Sala São Paulo um prêmio internacional de “sala nº 1 de concertos no Brasil”. O teto, composto

por 15 painéis de 7,5 toneladas cada um, sobe ou desce de acordo com as necessidades acústicas do concerto do dia. Eles ficam a 25 metros acima do piso principal e podem ser ajustáveis em até 8 metros, individualmente ou em conjunto, com o uso de computadores, travas e sensores automáticos.

O “Mercadão”, erguido em estilo eclético, é mais um exemplo de reforma e restauração bem-sucedidas na cidade. Inaugurado em 1933, com desenhos na fachada de Felisberto Ranzini e vitrais do artista Conrado Sorgenicht Filho, o entreposto foi reformado em 2004. A fachada e os belíssimos vitrais que retratam alimentos foram restaurados. Dentro foi construído um mezanino com quiosques de comes e bebes. O projeto da reforma, do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, tornou o local um ponto turístico.

Já o Museu da Língua Portuguesa ocupa o histórico edifício da Estação da Luz, próximo à Pinacoteca e ao Parque da Luz. Em 21 de dezembro de 2015, um grande incêndio só não destruiu a sua fachada. Por ser um museu interativo – que mostra origens, curiosidades, influências, enfim a história e a evolução contínua da nossa língua, com muito uso de computadores e efeitos virtuais – seu acervo permanece guardado em backups à espera da reconstrução.

Acervo CAU/SP



Mercado Municipal



Fazenda Nova, Mococa, Sede – Ano: 1837
Ciclo: café, cana-de-açúcar e hoje turismo de vivência

O passado de São Paulo nas fazendas históricas

POR VINÍCIUS ABBATE
FOTOS HAROLDO PALO JR.

Um projeto da Fapesp promoveu a recuperação das estruturas de 20 fazendas de distintos períodos históricos e hoje elas estão aptas para receber o turismo diferenciado, promovendo a cultura brasileira

O desenvolvimento econômico paulista durante os três últimos séculos deixou inúmeras marcas pelo interior do estado; entre elas, a presença de casarões e estruturas rurais que deram forma à paisagem da antiga Província de São Paulo. São fazendas históricas que fizeram parte dos ciclos do açúcar (século 18), da mineração (início do século 19) e, principalmente,

do café (segunda metade do século 19 até 1929).

Durante quatro anos, de 2008 a 2012, o arquiteto Marcos Tognon, de Campinas-SP, coordenou um grupo de 30 pesquisadores em um projeto que teve como objetivo inicial realizar um amplo diagnóstico da situação do patrimônio histórico rural de 20 fazendas localizadas em cinco regiões do estado de São Paulo.

Financiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e liderado pela Unicamp, o projeto contou com a participação de 13 instituições de ensino, que passaram a estudar os vários aspectos do que passou a ser denominado como Patrimônio Cultural Rural Paulista.

“Após a fase inicial de diagnóstico, estudamos todas as questões relevantes que poderiam contribuir para a potencialização de uma vocação que consideramos ser inata entre as Fazendas Históricas Paulistas: associar educação, turismo e patrimônio, constituindo um triângulo virtuoso de preservação e valorização de um patrimônio que está constantemente em risco”, diz Tognon.

Os trabalhos incluíram desde a conservação dos edifícios, acervos (tecnológicos, artísticos, documentais), atividades turísticas, patrimônio imaterial, procedimentos de gestão e preservação patrimonial e ambiental.

As fazendas participantes na fase final do projeto foram: Chácara do Rosário e Fazenda Capoava, em Itu; Fazenda Quilombo, em Limeira; Fazendas Pinhal, Santa Maria do Monjolinho e Santa Eudóxia, em São Carlos; Fazenda Mandaguahy, em Jaú; Fazenda Bela Vista, em Dourado; Fazenda Santa Úrsula, em Jaguariúna; Fazenda São Francisco, em São José do Barreiro; Fazenda Nossa Senhora da Conceição, em Lorena; Fazendas Nova e Santo Antônio da Água Limpa, em Mococa; Fazenda Bela Aliança, em Santa Cruz das Palmeiras; Fazenda Restauração, de Areias; e Fazenda Santa Cecília, em Cajuru.

Durante a fase executiva do projeto, que correspondeu aos



Fazenda Santa Maria do Monjolinho, São Carlos – Ano: 1889
Ciclo: café, cana de açúcar hoje e turismo cultural e gastronômico



Fazenda Capoava, Itu – sala principal na Sede
Ano: meados da década de 1750
Ciclo: Açúcar, café, hoje é um Hotel Fazenda

dois últimos anos do período, foram promovidos seminários, oficinas de capacitação dos gestores em vários temas da preservação e do turismo. Vários proprietários puderam participar de processos de restauração ou conservação. O grupo de trabalho também promoveu oficinas sobre captação de recursos, elaboração de projetos, e alguns deles participaram de editais públicos com sucesso.

“Uma das principais convicções amadurecidas pelo projeto foi a necessidade de fomentar iniciativas



Chácara do Rosário (de 1756), Itu, foto da Sede – Ano: a partir de 1756
Ciclo: açúcar, café, produção cerâmica, hoje turismo de vivência (cavalgada e tropeirismo)



Fazenda Mandaguahy, Jaú – Ano: final de década de 1880
Ciclo: café, hoje turismo rural

econômicas paralelas às atividades regulares agrícolas das fazendas históricas, como o turismo e a educação (formal e informal), pois são muitas as ameaças a esse patrimônio que constituiu a base do moderno Estado de São Paulo”, explica.

“Sem essas fazendas históricas, do período entre 1750-1950, que constituem mais de duas mil sedes em todas as regiões paulistas, não teríamos a densidade populacional, econômica e cultural que nos caracteriza tão fortemente frente a outros estados e regiões brasileiras”, diz Tognon.

A partir do projeto, muitas dessas fazendas intensificaram suas atividades turísticas, em

várias modalidades: turismo de vivência, turismo de negócios, turismo relacionado às colheitas e festas rurais. O resultado desse trabalho pode ser conhecido pelo site: www.fazendaspaulistas.com.br. Para o pesquisador, a preservação do patrimônio histórico deve estar associada à sustentabilidade econômica, e a função social de locais históricos é a de educar a sociedade.

“O turismo não deve ser uma atividade econômica predadora do patrimônio rural, explorando as suas marcas e recursos como uma

atividade banal de entretenimento. O turismo no universo rural permite uma ‘imersão’ do visitante em outros valores como a história da sua região, o meio ambiente, a tecnologia que impulsionou o estado, e para isso é necessário qualificar os agentes do turismo, os espaços, a alimentação típica etc”.

Para ele, o turismo rural deve ser uma oportunidade de reconhecimento da cultura brasileira, e por isso o setor precisa ter investimentos constantes. Com o equilíbrio entre custos e investimentos, ele explica, a atividade turística



Fazenda Restauração, Queluz, moinho de pedra mó – Ano: 1857 – Ciclo: café

pode, em pouco tempo, vir a ser lucrativa e uma importante fonte para a preservação e manutenção de espaços, coleções e estruturas.

“Como qualquer modalidade do nosso Patrimônio Cultural, essencial para nossa identidade, para a nossa plena cidadania e para nossa educação constante, as fazendas históricas contribuem fortemente para os valores mais caros de nossa cultura, especialmente em São Paulo: imigração, tecnologia, interação entre campo e cidade, reformas urbanas, grandes eixos de fluxo e de informação que, entre outros, são as marcas históricas e atuais de São Paulo, possuem no território rural muitas raízes e motivações”, destaca.

Atualmente, o grupo “Fazendas Históricas Paulistas” está organizado em sete núcleos regionais e tem como objetivo receber as pessoas interessadas em conhecer o patrimônio arquitetônico e cultural. Em cada núcleo regional – Campinas, Itu, Jaú, Limeira, Mococa, São Carlos e Vale do Paraíba –, há fazendas abertas para visita e outras que oferecem hospedagem.

A proposta do Fazendas Paulistas estabelece duas diretrizes: primeiro, com as Fazendas Históricas enquanto locais privilegiados para visita, almoços, passeios ecológicos, reuniões de negócios ou comemorativas, hospedagem, pesquisa e ensino; e segundo, como luta para preservação do Patrimônio Histórico Natural e Construído. ■



Fazenda Aurora, Santa Cruz das Palmeiras – Ano: 1869
Ciclo: café e criação bovina (Caracu)



Fazenda Quilombo, Limeira – terreiro de café – Ano: 1892
Ciclo: café e hoje turismo de negócios

Um direito que precisa sair do papel



A Lei Federal nº 11.888 assegura às famílias com renda inferior a três salários mínimos a assistência técnica pública e gratuita dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia civil para as obras de construção residencial.

A lei diz que a garantia desse direito deve receber o apoio financeiro da União, Estados e Municípios, que deverão implementar programas de convênio com entidades de classe e conselhos profissionais para seleção das entidades habilitadas a receber os recursos da Lei de Assistência Técnica Pública.

Aqui temos uma questão. A lei garante o direito à assistência técnica, porém depende de um conjunto de leis complementares, em todas as esferas, que definam a fonte dos recursos: o quanto deve ser destinado do orçamento plurianual das pastas de habitação social e do Ministério das Cidades; da chamada pública de associações; das regras de captação dos recursos; das áreas prioritárias para a destinação da verba pública.

Ou seja, essa assistência é um direito que hoje só existe no papel e depende de muitas ações para que ele se torne realidade na vida dos cidadãos.

Na história recente da arquitetura brasileira, algumas experiências ainda muito tímidas vêm acontecendo, em diferentes escalas, visando promover a inclusão social, transformando o acesso dos grupos menos privilegiados – que constituem a maioria do povo brasileiro – a habitar espaços com mais qualidade tanto na sua concepção como na forma de sua produção, com aplicação de tecnologias e capacitação de mão de obra.

Muitas vezes adequações simples e economicamente viáveis solucionam problemas graves para pequenos ambientes, sejam projetos que podem ser executados em várias fases de construções, de acordo com o orçamento presente, seja soluções de pequenas reformas que restituem ao ambiente a qualidade necessária à saúde familiar.

A lei objetiva a otimização e qualificação do uso e do aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação; a formalização do processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos; o impedimento da ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental e o respeito à legislação urbanística e ambiental.



Acervo CAU/SP

As prioridades futuras, em relação ao que está acima colocado para viabilizar a Assistência Técnica de fato, deverão apoiar e colaborar com a organização de programas efetivos de cooperativas, associação de moradores, comunidades, entidades, governos etc. Temos ainda que indicar e avaliar os caminhos da formação para o arquiteto atuar junto à população que será atendida pelo programa e empreende as suas próprias obras. A ênfase ao conhecimento das técnicas e a destreza na busca de soluções que atendam os desafios da atividade.

Outro caminho para efetivar a aplicação da Lei 11.888 é a aprovação da PL 13/2013, que torna a Arquitetura uma Carreira Típica de Estado, prevista na Emenda Constitucional 19, de 1998. A Carreira de Estado possibilita a participação independente do arquiteto urbanista no Planejamento Público. ■

Titulares:

Adriana Paula Vieira
Daniel Alberto Catelli Amor
Gerson Gomez
José Eduardo Rossato de Campos
Marcondes Morais
Valdemir Lucio Rosa

Substitutos:

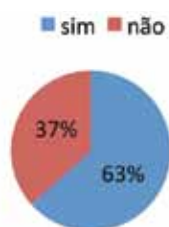
Maxim Bucaretech
Narciso Calegari Filho

Pesquisa: BIM em cursos de Arquitetura e Urbanismo

Em 2014, 85 instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo foram convidadas a participar de uma pesquisa sobre a *Implementação do BIM (Building Information Modeling) em cursos de Arquitetura e Urbanismo*, promovida pelo GT BIM, do CAU/SP. Do total das instituições convidadas, 30 responderam à pesquisa, sendo 10 localizadas na grande São Paulo, e 20 no interior do estado.

Apenas 6 das 30 escolas estão em processo inicial de implementação, e 11 não iniciaram ensinamentos sobre esse novo processo e suas ferramentas em sua grade curricular. Mais de 60% dos cursos consideram a tecnologia como uma necessidade profissional, e à exceção de uma única instituição, todas as demais declaram haver interesse imediato na introdução do BIM em seus cursos.

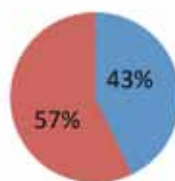
INTRODUÇÃO DO BIM NO ENSINO



Entre as instituições que introduziram o ensino de BIM, 57% promovem em cursos de extensão, e 91% nos cursos de graduação. A maioria das instituições introduz a partir do 3º ano dando ênfase ao ensino de ferramentas autorais. 40% das instituições possuem carga horária teórica sobre BIM e 7% desenvolvem estudos de caso com os alunos.

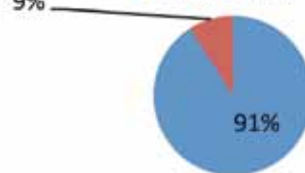
INSTITUIÇÕES QUE PROMOVEM OU INCENTIVAM BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) EM CURSOS DE EXTENSÃO

sim não



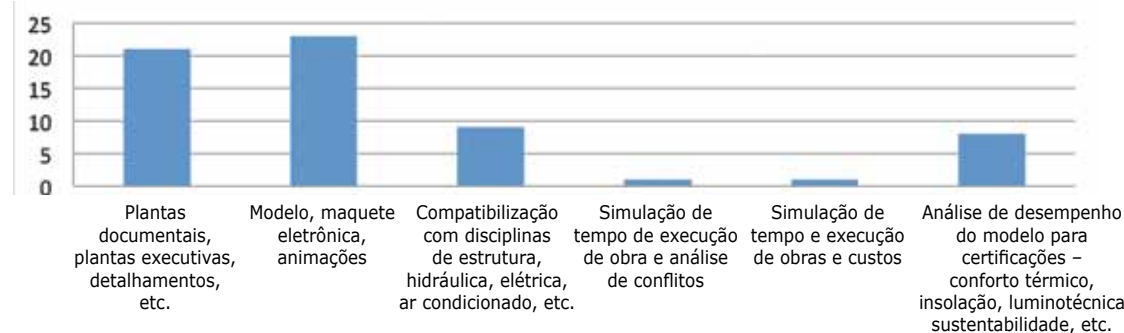
INSTITUIÇÕES QUE INCENTIVAM OS ALUNOS A UTILIZAREM SOFTWARES AUTORAIS BIM EM SEUS TRABALHOS

sim não



Como produtos extraídos e utilizados em disciplinas que abordam o BIM, seja no ensino de ferramentas, na teoria, na análise de casos ou apenas com o incentivo da utilização das ferramentas, foram listados: plantas documentais, executivas e de detalhamentos, modelos, maquete eletrônicas, e animações em 90% das respostas. Compatibilização entre disciplinas e análises de desempenho dos modelos foram citados como produtos por 33% das instituições e produtos ligados às obras foram citados por 4%.

PRODUTOS QUE SÃO EXTRAÍDOS E UTILIZADOS EM DISCIPLINAS A PARTIR DO MODELO DE INFORMAÇÃO BIM



Compatibilização entre disciplinas de projetos, arquitetura e complementares, ainda é pouco abordada. Destaca-se aqui, importante atividade a ser estimulada no ensino, para que os alunos adquiram prática projetual, entendendo as reais vantagens e possibilidades na adoção do BIM, para os processos de projeto e obra.

Questionados sobre a demanda por conhecimentos BIM para estágios de arquitetura, tivemos resposta positiva de 54% das instituições. Foi indicado que a maior parte da demanda é de construtoras e escritórios de arquitetura. Neste sentido, fica clara a importância para a formação do profissional a aquisição de conhecimento de um ou dois dos softwares existentes, mas no mínimo e principalmente, o entendimento do que é BIM, como funciona, e aonde se pode chegar.

As Instituições indicaram algumas dificuldades para avançar com o ensino de BIM. Entre elas está a aquisição de softwares e a carga horária consolidada. O aspecto de maior destaque é a dificuldade de encontrar professores habilitados. Estes obstáculos serão superados gradativamente, num paralelo com o mundo profissional, já que o BIM ganha espaço a cada dia, num rumo sem volta.

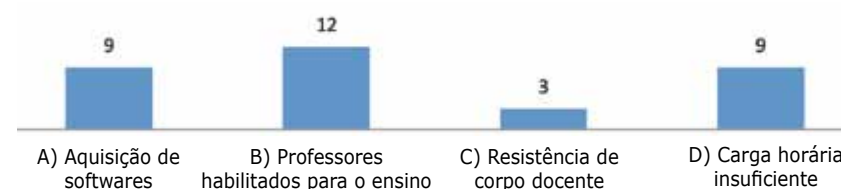
Interpretando as respostas, o GT BIM do CAU/SP entende necessária uma aproximação maior com as instituições de ensino, promovendo palestras, debates e workshops, para que a modelagem da informação da construção faça parte do cotidiano dos atuais e futuros profissionais de arquitetura.

Desta forma, o aluno será um profissional melhor habilitado para as novas exigências da profissão e do mercado, que por sua vez terá construções melhor planejadas e com menos desperdício. ■

DEMANDA DE CONHECIMENTO DE FERRAMENTAS BIM NOS ESTÁGIOS OFERTADOS NA REGIÃO



DIFICULDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE BIM



Titulares:
 Alan Cury
 Ana Maria Lazzari
 Cristiano Antonio Morales Jorge
 Miguel Gustavo Fabregues
 Miriam Castanho

Substitutos:
 Ricardo dos Santos Ferreira
 Luiz Alberto Fresl Backheuser

Em defesa do interesse social

O CAU/SP instituiu um grupo de trabalho específico para representar o tema “habitação”, o GTHAB. Este GT, composto por sete arquitetos e urbanistas, tem a atribuição de apresentar diretrizes de atuação do Conselho no cenário nacional para as questões habitacionais.

O CAU é a autarquia responsável pela regulação e controle do exercício profissional da arquitetura e urbanismo em todo território nacional; portanto, é um serviço público federal voltado a toda sociedade. Nessa lógica, criar condições para o Conselho participar da construção de respostas à problemática habitacional foi o entendimento fechado pelo Grupo como objetivo do trabalho.

O GT estabeleceu que, para o processo de desenvolvimento dos trabalhos, a ideia de habitação não deveria ficar restrita ao abrigo, a unidade habitacional, mas sim ser abordada no seu conceito mais amplo. Habitação, além do abrigo, é composta por saneamento, infraestrutura, renda (trabalho), transporte, segurança pública, segurança na posse, educação, saúde, lazer etc.

Frente a esses entendimentos básicos, o GT concluiu que o CAU,

enquanto agente de serviço público federal, deve apresentar e defender junto às instâncias responsáveis pela geração e implantação de políticas públicas no contexto nacional seus princípios e diretrizes voltados à habitação.

Para tanto, o CAU deverá planejar sua atuação nesse horizonte, identificar prioridades, estabelecer diretrizes e montar estratégias para implantar todas as ações necessárias ao cumprimento dessa posição. Ser um serviço público comprometido com uma produção territorial focada na constante melhoria das cidades na qualidade do “habitar”.

A universalização da Arquitetura e Urbanismo deve contribuir para a consecução desse objetivo. Em consequência, o GTHAB concluiu pela necessidade de o CAU imergir e agir no universo de produção habitacional identificada como de “interesse social”, assim, decidiu por delinear o PAHIS/CAU - Plano de Atuação em Habitação de Interesse Social do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. ■

Titulares:

Christiane Vasquez Iglesias
Francisco Lucio Mario Petracco
Luzia Regina Scarpin Demarchi
Paulo Afonso Costa
Soriedem Rodrigues

Substitutos:

Denis Roberto Castro Perez
Dalton Luis de Oliveira



Largo da Batata

Melhorando e preservando as áreas públicas

As reformas das áreas públicas das cidades parecem constantes e intermináveis. Tamponamento de buracos, valetas para tubos e cabos, escavações diversas. Essa condição pode ser minimizada com o planejamento dessas intervenções.

Perto do CAU/SP, obras na Rua 7 de Abril se arrastam por quase um semestre, com prejuízo ao comércio e à mobilidade de veículos e de pedestres. São milhares de pessoas por dia, talvez por hora. Lembra obras similares feitas na região do Largo da Batata, em SP, e na área central do Rio de



Rua 7 de Abril

Janeiro. Veja reportagem sobre as obras no cais do porto do RJ em: (<http://bit.ly/2duMwMG>)

Obras de grande impacto, demoradas como essas, poderiam, além dos benefícios de revitalização urbana, trazer no médio e no longo prazo a garantia de que ficariam livres de novas intervenções. Para isso, seria necessário adotar critérios novos de projeto, com vontade política para optar por investimentos iniciais maiores e assumir o controle do uso do subsolo urbano público pela Prefeitura, antecipando-se às demandas dos serviços das concessionárias de energia e saneamento básico.

Nesse sentido, elencamos algumas soluções.

GALERIAS TÉCNICAS

Uma solução adequada são as galerias técnicas, nas quais os cabos e tubulações são organizadamente distribuídos no seu interior, em bandejas, com fácil acesso para manutenção e modificações. Existem Projetos de Lei e propostas com mais de uma década,

tendo implantações modestas. As Prefeituras precisam buscar novas propostas, entre elas a de PPP – Parcerias Público Privadas. <http://bit.ly/2duNPvx>

REDES ARTERIAIS

Outra solução seria a de minimizar a quantidade de redes nas ruas, optando por permitir apenas as redes arteriais na via pública e as instalações domiciliares dentro da área particular. Um modelo bem sucedido e implantado pode ser conferido no Bairro Poblenou em Barcelona, Espanha. Veja em: <http://bit.ly/2dde5Z8>

RUAS SUBTERRÂNEAS

Uma solução mais cara e ousada seria a implantação de uma supergaleria técnica, com espaços para cabos e tubulações, assim como para as circulações de alguns veículos especiais para pessoas, logística de abastecimento ao comércio e serviços, liberando o nível do solo para uso e ocupação exclusiva de pedestres. Entre os usos, pode-se considerar,

por exemplo, para sanitários, depósitos, caixas de lixo reciclável, transformadores, reservatórios de água, caixas eletrônicos etc., e acessos aos estacionamentos subterrâneos. É adequada para áreas de preservação de patrimônio histórico e cultural, onde as vias públicas ficam limitadas ao mínimo necessário de tecnologia e elementos da modernidade. Veja o texto sobre isso em: <http://bit.ly/2cEEIfT> ■

Titulares:

Fabio Silveira Bernils
José Xaides de Sampaio Alves
Maria José Gomes Feitosa
Mario Yoshinaga
Rodrigo Fernandes Michelin

Substitutos:

Ana Cristina Gieron Fonseca
Claudia Ribeiro

A construção da Nova Política Metropolitana



Acervo CAU/SP

“O Brasil é um país urbano, num mundo urbano e o Estado de São Paulo contém a maior Região Metropolitana da América do Sul, estando entre as maiores do mundo”

Sabemos que a expansão urbana ultrapassa os limites dos Municípios e se traduz em uma “mancha urbana” contendo relações em todo o território. Formam Aglomerados de Municípios interagindo, adensando e expandindo a “mancha urbana” com as relações de produção de riqueza e trabalho, moradia, cultura, lazer, entre outros.

A Constituição Federal, no Art. 25 § 3º, diz que: “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. Porém, o texto deixa o



Acervo CAU/SP

assunto a ser regulamentado em Lei própria.

Em janeiro de 2015, foi sancionada a Lei 13.089/15 – Estatuto da Metrópole, que estabelece diretrizes gerais para o planejamento urbano, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e em Microrregiões instituídas pelos Estados. Estabelece normas gerais sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), outros instrumentos de governança interfederativa, trazendo a obrigação de implantar uma Estrutura de Gestão Plena e de elaborar, em até 3 anos, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) de cada Região.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – MANCHA URBANA – SISTEMA VIÁRIO E RODOVIÁRIO

A participação e o envolvimento dos arquitetos e urbanistas e dos Municípios nas questões Metropolitanas devem ser abrangentes, posto que é necessário a definição das Funções Públicas de Interesse Comum entre os Municípios e, regionalmente, no Planejamento Urbano, na elaboração do

PDUI e na Gestão Plena, visando o Desenvolvimento Sustentável e a diminuição das desigualdades econômicas e sociais.

O CAU/SP, ao criar o GT - ESTATUTO DA METRÓPOLE, considera que o Planejamento Urbano Regional precisa ser de qualidade para melhorar a vida do cidadão, já que a atividade de Planejamento Urbano está entre as atribuições dos arquitetos e urbanistas.

O trabalho do GT é contínuo e integrado, em ocasiões com os demais GTs, com os técnicos e com as autoridades envolvidas com o tema Metropolitano, com a intenção de levar aos arquitetos e urbanistas e à sociedade o debate qualificado, como o 1º Seminário – Estatuto da Metrópole – Construção da Nova Política Metropolitana, além de reuniões técnicas essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Dados do SICCAU – Sistema de Comunicação e Informação do CAU de 2014 revelam que 1/3 dos Municípios do Estado de São Paulo não contam com a presença dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo e que apenas 4% dos profissionais atuam com Urbanismo.

Como trabalhar com esse desafio e oportunidade, visto que

Planejamento Urbano Regional é atribuição dos arquitetos e urbanistas prevista em Lei? Para isso, o CAU/SP entende que se deve:

- “Garantir a participação do arquiteto e urbanista no Planejamento Territorial e Gestão Urbana” (previsto no Mapa Estratégico adotado pelo CAU/SP);
- “Impactar significativamente o Planejamento e a Gestão do Território” (Missão, junto à Sociedade, prevista no Mapa Estratégico adotado pelo CAU/SP)

Conheça mais no www.causp.gov.br/?page_id=26276. ■

Titulares:

Aurea Lopes Machado Mazzetti
Juan Luis Rodrigo Gonzalez
Luiz Felipe Xavier
Mariângela Portela da Silva
Paula Siqueira

Substitutos:

Edson Luis da Costa Sampaio
Antônio Carlos Sant’anna Junior



Acervo CAU/SP

Inaugurado novo escritório na Sede Regional de Santos

Uma mudança para melhor atender os profissionais da região da Baixada Santista. Essa foi a motivação que levou a sede regional do CAU/SP em Santos a mudar de endereço. A solenidade de inauguração do novo escritório aconteceu no dia 12 de agosto com a presença de autoridades e profissionais da região.

Uma mesa solene marcou a inauguração do espaço, com a presença do Presidente do CAU/SP, Gilberto Belleza; do Secretário Adjunto de Planejamento Técnico do Guarujá, Fábio Serrano; do Secretário de De-

envolvimento Urbano de Santos e Conselheiro do CAU/SP, Nelson Gonçalves de Lima Junior; e do gerente regional do CAU/SP, Edison Eloy de Souza.

Na ocasião, Edison Eloy agradeceu o acolhimento da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, onde estava instalada até então a sede regional do CAU/SP, e manifestou a satisfação de

inaugurar o novo espaço de trabalho do Conselho, ressaltando que a mudança possibilitará um melhor atendimento aos profissionais.

Fábio Serrano parabenizou o Conselho pelas novas instalações da sede na Baixada Santista. “Para nós, a presença do CAU/SP vai permitir que tenhamos uma ação mais efetiva em garantir a presença dos arquitetos na produção do espaço urbano”, desejando que “os trabalhos do CAU tragam excelentes resultados para nossa atividade profissional”, disse.

Já para Nelson Gonçalves Junior, o Conselho “se apresenta como um farol em meio à crise econômica do país, pelas ações que já tem promovido, de uma forma muito democrática, posto que ouve os outros segmentos, e nos faz ter a certeza de que o seu papel na sociedade é irreversível e só trará ganhos naquilo que procura”.

O Presidente do CAU/SP agradeceu a presença dos colegas e falou sobre o desafio da criação e estruturação de um novo Conselho profissional. “Inauguramos hoje mais do que um novo espaço. Inauguramos um novo tempo em nosso Conselho. A cada dia, lutando mais e mais para demonstrar a importância do papel do arquiteto na sociedade brasileira”, destacou Gilberto Belleza.

O evento contou ainda com uma exposição de fotos – física e audiovisual – de importantes projetos arquitetônicos da região da Baixada Santista, com destaque para os edifícios projetados por Artacho Jurado, obras do centro his-



Imagens: Acervo CAU/SP



tórico de Santos e as instalações do histórico Clube XV (1963), de autoria de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Francisco Petracco, infelizmente demolidas. Atrilhando a atividade, houve também a apresentação do Quarteto de Cordas Martins Fontes da Orquestra Sinfônica de Santos. ■

PARQUE DO MIRANTE

A Prefeitura do Município de Piracicaba (SP), com a parceria de várias Secretarias e Autarquias, promoveu um concurso nacional para seleção de projetos de Arquitetura para a requalificação de um importante espaço público da cidade, o Parque do Mirante, considerado patrimônio natural, histórico, cultural e turístico do município. Buscou-se propostas criativas e inovadoras para o local com diferentes usos, que englobem atividades pedagógicas, de entretenimento, lazer, cultura, turismo, esporte e educação ambiental.



1º PRÊMIO – PROJETO: 22

Autores: Pedro Fernandez De Bona, Camila Leibholz, Alexandre Gervásio, Erico Botteselli e Lucas Thomé.

Coautora: Beatriz Vicino.

Colaboradores: Rafael Goffinet de Almeida e Matheus Molinari.

Consultor: Silvio Oksman

Cidade: São Paulo – SP





2º PRÊMIO – PROJETO: 16

Autora: Anna Julia Martins Dietzsch.

Coautores: Fernando Botton, Mariana Gortan, Paulo Pellegrino e Pedro Pereira.

Consultor: Mário Thadeu Leme de Barros.

Cidade: São Paulo – SP



3º PRÊMIO – PROJETO: 09

Autora: Mayra de Camargo Rodrigues.

Coautor: Régis Yassuda Sugaya.

Cidade: São Paulo – SP





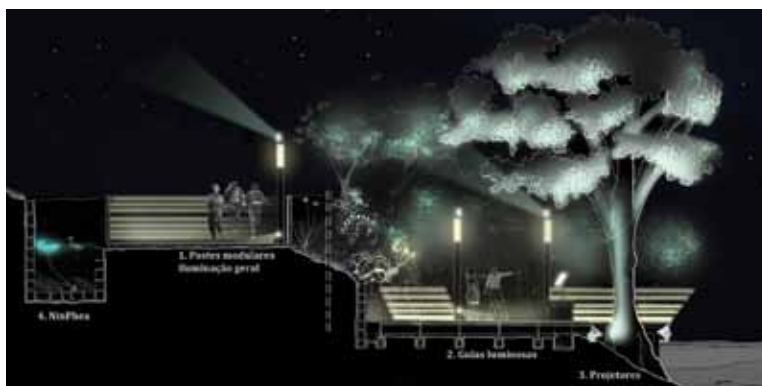
MENÇÃO HONROSA – PROJETO 23

Autor: Anderson Fabiano Freitas.
Coautores: Pedro Amando de Barros e Acacia Furuya.
Colaborador: Francesco Perrotta.
Consultor: Raul Isidoro Pereira. **Equipe:** Ana Julia Chiozza, Ana Melendez Alvarez, Amanda Domingues, Bárbara Francelin, Camila Ocejó Damenge, Daniela Andrade, Francisco Veloso, Gabriela de Moura Campos, Glauco Pregnolato Mendes, Karen Balsevicius Evangelisti, Lorrán Siqueira, Renato Kannebley, Rodrigo Mendoza Diaz e Vitor Costa.
Cidade: São Paulo – SP



DESTAQUE – PROJETO: 26

Autor: Edson Rozzo Maruyama.
Coautores: André Suk Hwan Ko, Gustavo Prado Fontes e Yuri Endo Kokubun.
Cidade: São Paulo – SP



DESTAQUE – PROJETO: 27

Autor: Lucas Fehr.
Coautor: Guilherme Lemke Motta
Colaborador: José Eduardo Calijuri Hamra.
Equipe: Mariana Tiemi Matsuda, Renato Katsumi Motoki, Kemely Miwa Uehara, Camila de Oliveira Ghendov, Vinicius Kuboyama Nakama e Pedro Lindenberg Motta.
Cidade: São Paulo – SP



DESTAQUE – PROJETO: 48

Autor: Paulo Chiesa.
Coautores: Fernanda Botter e Helena Conelian Gentili.
Colaborador: João Adolfo Moreira.
Cidade: Curitiba – PR

Em complemento ao material divulgado em nossa última edição, publicamos a seguir quatro projetos de destaque do Concurso Casa da Sustentabilidade, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo Regional Campinas.



DESTAQUE – PROJETO: 92

Autor: Vinicius Miranda de Figueiredo.
Coautores: Vitor de Luca Zanatta, Henrique Wosiak Zulian e Talita Anelize Broering.
Colaboradora: Lucy Henriques Lobato.
Consultor: Ricardo Valente Neto.
Cidade: São Paulo – SP



DESTAQUE – PROJETO: 189

Autor: Gustavo Araújo Penna.
Coautores: Laura Resende Penna de Castro, Norberto Bambozzi da Silveira e Oded Stahl.
Colaboradores: Bárbara Novais, Ivan Rimsa e Raquel Resende.
Equipe: Alice Flores, Eduardo Magalhães, Fernanda Tolentino, Gabriel Barbosa, Henrique Neves, Jordana Faria, Julia Salgado, Letícia Carneiro, Naiara Costa, Patrícia Gonçalves, Paula Sallum, Raquel Moura e Sarah Fernandes.
Cidade: Belo Horizonte – MG



DESTAQUE – PROJETO: 204

Autor: Franthesco Spautz.
Coautores: Jorge R. P Dombrowski, Paola Maia Fagundes e Taiane Chala Beduschi.
Colaborador: Eduardo de Araújo Fraga.
Consultor: Flávio Escobar Nogueira da Gama.
Cidade: Porto Alegre – RS



DESTAQUE – PROJETO: 231

Autor: Glauco Assumpção Pachalski.
Coautor: Rodrigo Spinelli e Luciana Schnorr.
Consultores: Rafael Mascolo e Hilton Fagundes.
Equipe: Bruno Cavalleri e Ândrio Vicari.
Cidade: Porto Alegre – RS

FOTO: MARILIA SCARABELLO



FOTO: EDERSON SILVA



Cartas patrimoniais: implicações em seu entendimento¹



O resultado mais visível tem sido a constante deformação e destruição das obras arquitetônicas isoladas e do tecido urbano

Profa. Dra. Ana Paula Farah *

As cartas patrimoniais são documentos que fornecem fundamentação teórica-crítica para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos, garantindo, assim, o efetivo suporte do conhecimento e da memória coletiva e também estabelecendo bases deontológicas para os vários profissionais que trabalham no campo da preservação (Kühl, 2010: 288).

As cartas são textos sucintos e precisos, com caráter indicativo, ou, no máximo prescritivo (e jamais normativo) e, importante salientar, não são receituário que devem ter uma simples aplicação direta; contudo suas análises devem ser fundamentadas para que tenha o entendimento de suas formulações (Kühl, 2010:289).

As cartas são os resultados de discussões de um determinado momento (é necessário entender quais foram as razões para essas discussões) e têm uma finalidade e, por isso, não podem ser usadas conjuntamente, em razão de que cada carta possui uma função específica e devem ser lidas na sua integridade, pois se sua leitura for feita em partes podem levar a interpretações errôneas e equivocadas (Kühl, 2010:289).

Para o entendimento dessas discussões é necessário, obrigatoriamente, pautar-se nos instrumentos teóricos – que não são regras fi-

xas, mas princípios e critérios – que conduzem as soluções adequadas de intervenção, para que, de fato, seja efetiva a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do patrimônio em questão.

Portanto, verifica-se que a ausência do conhecimento do campo disciplinar do restauro, principalmente o entendimento desses instrumentos norteadores para as tomadas de decisões, resulta em profissionais que não têm consciência da responsabilidade que é trabalhar com bens de interesse para a preservação e no ambiente preexistente, não tendo instrumental teórico-crítico e técnico-operacional necessário para atuar no campo. O resultado mais visível tem sido a constante deformação e destruição das obras arquitetônicas isoladas e do tecido urbano, que são base importante de transmissão do conhecimento e suporte da memória coletiva tendo por consequência um instrumental limitado para as gerações futuras. ■

* Arquiteta Urbanista, formada pela FAU-PUCCAMP e Facoltà di Architettura da Università degli Studi di Ferrara (IT), Especialista em Patrimônio Arquitetônico pela FAU PUC-Campinas e PUCPR, Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela EESC-USP e Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura pela FAU-USP; Professora da FAU PUC-Campinas.

Confira a lista completa de Cartas Patrimoniais no site do CAU/SP.

¹ Para o entendimento mais aprofundado desse tema é obrigatória a leitura: KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In. Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18, n.2, pp. 287-320. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf> e KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê- FAPESP, 2009. pp.59-115.

E as “áreas de sombreamento”?

POR AFFONSO RISI, OUVIDOR DO CAU/SP

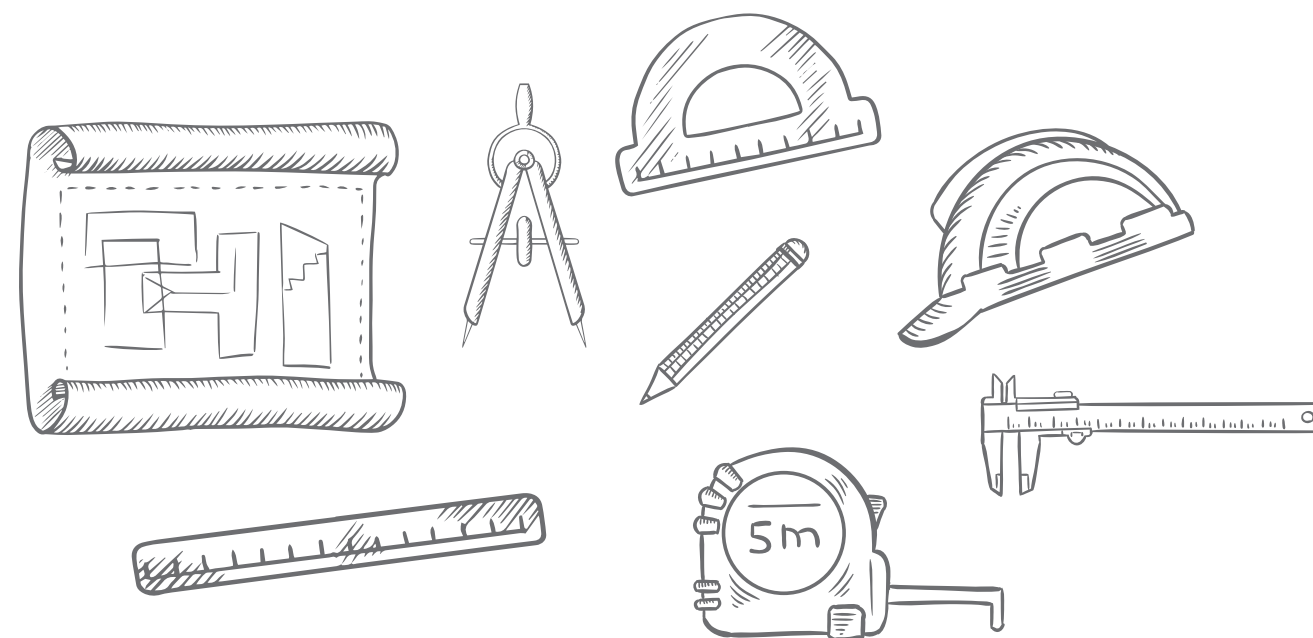
Reclamações ou denúncias relacionadas às “áreas de sombreamento” estão entre as demandas mais frequentes que chegam à Ouvidoria do CAU/SP

Nossa profissão assumiu, no Brasil, um caráter generalista. Não é sempre assim em outras culturas, mas nós consideramos que arquitetos se preparam nas faculdades para projetar o objeto, a casa, a cidade, o território – visão unificadora que dá à atividade um alcance ambicioso e de grande valor.

O caráter generalista também é responsável pelos currículos em que ciência, técnica e arte devem comparecer com pesos equivalentes, realizando o propósito, apontado já há 2000 anos no tratado de Vitruvius, de atender às três necessárias condições intrínsecas à Arquitetura: *utilitas, firmitas e venustas*.

O arquiteto é um dos mais antigos entre os profissionais, já mencionado no Código de Hamurabi mesopotâmico, justamente a mais remota compilação de leis de que se tem notícia. Sabemos os nomes de alguns dos principais arquitetos egípcios – Imotep, por exemplo, o da primeira pirâmide – e também identificamos o homem que projetou Aketatón, a nova capital da XVIII Dinastia e seus edifícios, e que “ousava” se intitular arquiteto e amigo de sua majestade, o faraó Akenaton. A citação não está aí para que pensemos ser necessário ser “amigo do rei”, ou nos orgulhemos disso, mas para reforçar a ideia da existência de uma extensa, importante e muito antiga disciplina cujo *corpus* é riquíssimo e se organiza como História da Arquitetura.

A vergonhosamente tardia criação das escolas superiores em nosso País, triste herança colonial que o Império e a República Velha não souberam superar,



gerou, por outro lado, situações que até hoje provocam conflitos e más interpretações. Nossa maior universidade, a USP, é da década de 1930, quando na América espanhola já existiam instituições universitárias desde o século XVI, e as duas mais antigas faculdades de arquitetura paulistas, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, e a FAUUSP, são do final da década de 1940, as duas originárias de escolas superiores de engenharia.

Por isso mesmo, e por muitas décadas, estivemos associados aos engenheiros nos CREAs e nossas profissões foram frequentemente confundidas e, embora não haja dúvidas sobre a complementaridade existente entre elas, foi só com a criação do CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, no final de 2010, que as diferenças foram explicitadas e finalmente atingimos o almejado objetivo de nos organizarmos em Conselho próprio.

A partir daí, entre muitas outras urgências, foi necessário definir os exatos limites e alcances das específicas áreas profissionais antes abrigadas sob um mesmo teto, o que foi estabelecido por meio de várias Resoluções, em especial as de números 21 e 51, que listam áreas de ação compartilhada com outras profissões e áreas que são de alçada exclusiva de arquitetos e urbanistas.

O mais importante é que se estabeleceu, o que parece óbvio, que Arquitetura e Urbanismo são atividades de arquiteto e urbanista.

A aplicação desse princípio, entretanto, não vem sendo fácil nem tranquila e a reclamação ou denúncia sobre sua não observância estão entre as demandas mais frequentes que chegam à Ouvidoria.

O Conselho vem se empenhando em esforços de esclarecimento aos vários agentes envolvidos, sobretudo os públicos, e as contesta-

ções que chegaram à Justiça vêm, e seguidamente, dando o ganho de causa para o CAU, o que nos leva a considerar que obteremos a definição clara de atribuições e a consolidação da relação harmoniosa entre arquitetos e engenheiros, profissionais cuja parceria é fundamental para o bom êxito das respectivas atividades.

O CAU e o CONFEA, para isso, estabeleceram a Comissão de Harmonização Interconselhos, de que é membro o colega Renato Nunes, Conselheiro Federal do CAU/SP (<http://www.caubr.gov.br/?p=52647>), que vem se reunindo na busca desse objetivo, procurando, principalmente, esclarecer e equacionar as chamadas “áreas de sombreamento” em que, além da complementaridade, possa haver, de fato, superposição de funções, direitos ou atribuições.

Creemos que esse será um dos principais serviços que o CAU poderá prestar aos milhares de filiados e à sociedade. ■

fique atento

NUTAU 2016

Em sua 11ª edição, o tema do seminário internacional do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo será “Águas: Projetos e Tecnologias para o território Sustentável”. Dias 30 de novembro e 1º de dezembro. Mais informações: <http://www.usp.br/nutau/>.



Schindler Global Award 2017

7ª EDIÇÃO SCHINDLER GLOBAL AWARDS

Até o dia 16 de dezembro deste ano, estudantes que estejam no último ano de graduação ou de mestrado em Arquitetura ainda podem se inscrever para concorrer ao prêmio de 2017, que traz como tema a região da Ceagesp, em São Paulo. Mais informações: www.schindler.com.

BAU 2017

Feira Mundial de Arquitetura, Materiais e Sistemas apresenta as principais novidades e tendências da construção, considerada uma das mais importantes do setor na Europa. De 16 a 21 de janeiro de 2017, em Munique, na Alemanha. Mais informações: www.bau-muenchen.com.





CAU/SP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo